



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT) em implantação
INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO PROFISSIONAL

MAÍRA APARECIDA BRANDÃO DE FREITAS

**A PEDAGOGIA DA VIOLÊNCIA E DA OBEDIÊNCIA APLICADAS:
A MILITARIZAÇÃO DO COLÉGIO JOSÉ PIO DE SANTANA EM
IPAMERI-GO ENTRE OS ANOS DE 2017 E 2019.**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES
E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☐ Tese ☒ Outro*: Dissertação e Produto Educacional

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Maira Aparecida Brandão de Freitas

3. Título do trabalho

A PEDAGOGIA DA VIOLÊNCIA E DA OBEDIÊNCIA APLICADAS: a militarização do Colégio José Pio de Santana em Ipameri-GO entre os anos de 2017 e 2019.

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar Inacio, Orientadora**, em 19/10/2023, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAIRA APARECIDA BRANDÃO DE FREITAS, Discente**, em 20/10/2023, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4136433** eo código CRC **B7CA7AC6**.

Referência: Processo nº 23070.049534/2023-19

SEI nº 4136433

MAÍRA APARECIDA BRANDÃO DE FREITAS

**A PEDAGOGIA DA VIOLÊNCIA E DA OBEDIÊNCIA APLICADAS:
A MILITARIZAÇÃO DO COLÉGIO JOSÉ PIO DE SANTANA EM
IPAMERI-GO ENTRE OS ANOS DE 2017 E 2019.**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional, do Instituto de História e Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG) / Universidade Federal de Catalão (UFCAT) em implantação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Sociedade e Práticas Educativas.

Linha de pesquisa: História, Sociedade e Práticas Educativas.

Orientador: Professor Dr. Paulo Cesar Inácio.

Freitas, Maíra Aparecida Brandão de
A PEDAGOGIA DA VIOLÊNCIA E DA OBEDIÊNCIA APLICADAS:
: A MILITARIZAÇÃO DO COLÉGIO JOSÉ PIO DE SANTANA EM
IPAMERI-GO ENTRE OS ANOS DE 2017 E 2019. / Maíra Aparecida
Brandão de Freitas. - 2023.
88, LXXXVIII f.: il.

Orientador: Prof. PAULO CÉSAR INÁCIO.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto
de História e Ciências Sociais, Catalão, Programa de Pós-Graduação
em História, Catalão, 2023.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista
de figuras, lista de tabelas.

1. Implantar. 2. CEPMG. 3. Colégio Militar. 4. História Oral. 5.
Goiás.. I. INÁCIO, PAULO CÉSAR, orient. II. Título.

CDU 37(09)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 135 da sessão de Defesa de Dissertação de **Maira Aparecida Brandão de Freitas**, que confere o título de Mestra em História – nível Mestrado Profissional, na área de concentração: História, Cultura e Formação de Professores.

Aos **dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três**, a partir da(s) **14h30m**, realizou-se de forma híbrida: Sala 11, Bloco C, do Instituto de História e Ciências Sociais e pelo Google Meet:Link: meet.google.com/oag-xydu-cbc, a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada: **A PEDAGOGIA DA VIOLÊNCIA E DA OBEDIÊNCIA APLICADAS: a militarização do Colégio José Pio de Santana em Ipameri-GO e suas consequências entre os anos de 2017 e 2019**. Os trabalhos foram instalados pelo **Orientador Professor Doutor Paulo César Inácio - (PPGHMP/INHCS/UFG/UFCAT em implantação)**, com a participação das demais membras da Banca Examinadora: Professora Doutora **Maria Andréa Angelotti Carmo - (Instituto de História/UFG)** membra titular externa e a Professora Doutora **Jeanne Silva - (PPGHMP/INHCS/UFG/UFCAT em implantação)**, membra titular interna. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho de forma a estabelecer melhor vínculo com o conteúdo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **Aprovada**. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Paulo César Inácio**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

A PEDAGOGIA DA VIOLÊNCIA E DA OBEDIÊNCIA APLICADAS: a militarização do Colégio José Pio de Santana em Ipameri-GO entre os anos de 2017 e 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar Inacio, Professor do Magistério Superior**, em 02/10/2023, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jeanne Silva, Professor do Magistério Superior**, em 02/10/2023, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Andréa Angelotti Carmo, Usuário Externo**, em 02/10/2023, às 20:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4007703** eo código CRC **324B0B7E**.

Referência: Processo nº 23070.049534/2023-19

SEI nº 4007703

Dedico este trabalho à Deus, minha mãe, meu pai, meu esposo, meu irmão e minhas sobrinhas. Muito obrigada por serem minha família.

AGRADECIMENTO

Este trabalho não seria possível sem o apoio que recebi de diversas pessoas que passaram pela minha vida, antes e durante a pesquisa. Agradeço, principalmente, à Deus pela saúde, paz, luz e cuidado por me guiar no meu caminho. A Cristo, referencial de homem que, historicamente, a favor das minorias defendeu os excluídos lutando contra as desigualdades sociais.

Aos meus familiares, minha mãe Maria Luciano, ao meu pai Sinval (*in memoriam*), ao meu irmão Daniel Wilson, as minhas sobrinhas pelo carinho e pelas orações. Ao meu esposo, João Carlos pelo apoio, carinho, incentivo e compreensão. A minha filha do coração, Mariana, que sempre me apoiou quando eu fraquejava, à minha irmã do coração Luciane pelas orações nos dias de choro e surtos.

Agradeço a Universidade Pública onde me formei Universidade Estadual de Goiás – UEG pelo incentivo.

Não poderia deixar de mencionar minhas colegas de Mestrado, meus sinceros agradecimentos as amigas: Elivane e Acácia que me incentivaram nas horas terríveis da pesquisa.

Agradeço ao secretário do PPGHMP/UFCat, Alex, pelo profissionalismo sempre atendendo com carinho.

Agradeço as Professoras Dra. Luzia e Dra. Regma pelas contribuições nas aulas do Mestrado. Agradeço a professora Dra. Luzia Márcia, pois com ela eu pude aprender muito sobre a militarização e tanto aprendizado foi fundamental para que pudéssemos construir as fundamentações teóricas desta pesquisa e analisar de forma mais assertiva os dados coletados.

Agradeço ao orientador Professor Doutor Paulo Inácio, historiador compromissado, amigo, grande professor, com quem tive a oportunidade de aprender muito sobre a militarização – tema deste trabalho, sobre o fazer de uma pesquisa; ele que acompanhou o desenvolvimento desta dissertação de forma muito cuidadosa e atenciosa, me dando apoio em todos os momentos, especialmente nos mais difíceis.

Meus Agradecimento também ao Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás – José Pio de Santana pelo acolhimento na pesquisa.

Agradeço a UFCat pelo acolhimento.

Não poderia deixar de citar os entrevistados que abriram as portas de suas casas para me receber com muito carinho e atenção, contribuindo muito para essa pesquisa. Agradeço aos professores, alunos e pais pelas entrevistas, sem eles esta pesquisa não teria o mesmo caminho.

Agradeço aos professores do PPGHMP/UFCat, meus sinceros agradecimentos as professoras Dra. Maria Andréia e Dra. Jeanne por terem aceitado de prontidão participar da banca de qualificação e de defesa. Os apontamentos, no exame de qualificação foram fundamentais para identificar e corrigir deficiências no texto. Muito obrigada.

Registro também meus agradecimentos aos colegas e amigos de pós-graduação com os quais compartilhei experiências e dificuldades. Minha amiga e parceira de luta Shirlei Cristina, pelas ideias trocadas sobre os rumos desta pesquisa quando eu pensava que não ia dar conta e pelas trocas de ideias que tivemos. Foi fundamental a sua ajuda!

Agradeço também a minha comadre Charlene e afilhada Ana Luiza pelas orações.

Agradeço a aluna Beatriz pela brilhante produção do mapa que fazem parte desta pesquisa.

Por fim, registro minha gratidão a minha cachorrinha Luana que me ajudou muito, esteve sempre ao meu lado nas madrugadas frias de leituras e escrita da dissertação.

Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso
Porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte
Mais feliz, quem sabe
Só levo a certeza
De que muito pouco sei
Ou nada sei
(Almir Sater/Renato Teixeira)

RESUMO

Esta pesquisa tratou de um estudo a respeito do processo de implementação do militarismo no Colégio Estadual da Polícia Militar do Estado de Goiás-CEPMG José Pio de Santana na cidade de Ipameri-GO, por isso, ela tem como objetivo buscar a compreensão sobre sua implantação e suas implicações e transformações ocorridas na organização do trabalho pedagógico com recorte temporal 2017 a 2019. Nesse sentido buscou-se compreender as questões contidas acerca da mudança desse modelo de ensino público, interpretando os significados que essas mudanças tiveram na vida dos envolvidos, estudantes, familiares, professores, direção da escola, sobre o período de transição da escola para a militarização e de que forma esse novo modelo pode moldar a educação e ensino dos alunos. Identificamos que a militarização efetiva um aparato que privilegia o uso de instrumentos que valorizam o medo, a violência, a hierarquia e obediência, como instrumentos que não apenas permitem a relação pedagógica, mas efetivam uma pedagogia aplicada. Na pesquisa interpretamos entrevistas produzidas com professores, familiares. Na interpretação das entrevistas nos aproximamos de autores como Alessandro Portelli e Miguel Arroyo. Para realização deste trabalho foi utilizada como fonte oral, através de entrevistas com pais de alunos, professores, grupo gestor da escola, e análise bibliográficas de alguns autores. Aderindo também ao estudo da história oral cujo intuito foi recorrer a pessoas que participaram ou testemunharam o fato.

Palavras-chave: Implantar. CEPMG. Colégio Militar. História Oral. Goiás.

ABSTRACT

This research dealt with a study about the implementation process of the State College of the Military Police of the State of Goiás-CEPMG José Pio de Santana in the city of Ipameri-GO, therefore, it aims to seek understanding about its implementation and its implications and transformations that occurred in the organization of pedagogical work with a time frame from 2017 to 2019. In this sense, an attempt was made to understand the questions contained about the implementation of this model of public education, interpreting the meanings that these changes had in the lives of those involved, students, family members, teachers, school management, about the transition period from the school to militarization and how this new model can shape the education and teaching of students. We identified that effective militarization is an apparatus that privileges the use of instruments that value fear, violence, hierarchy and obedience, as instruments that not only allow the pedagogical relationship, but also implement an applied pedagogy. In the research we interpreted interviews produced with teachers, family members. In interpreting the interviews, we approached authors such as Alessandro Portelli and Miguel Arroyo. To carry out this work, it was used as an oral source, through interviews with students' parents, teachers, the school's management group, and bibliographical analysis of some authors. Adhering also to the study of oral history whose intention was to appeal to people who participated or witnessed the fact.

Keywords: Implant. CEPMG. Militar School. Oral History. Goiás.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gravura do CEPMG José Pio de Santana.....	32
Figura 2: Hierarquia na Roma Antiga.....	71
Figura 3: Hierarquia na Idade Média.....	72
Figura 4: Hierarquia na Idade Moderna.....	73
Figura 5: Hierarquia no Brasil.....	73
Figura 6: Divisão das patentes militares.....	75
Figura 7: Uniformes usados pelos alunos do CEPMG: opções femininas com calça e saia, uniformes de educação física e uniforme para alunas gestantes.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: CEPMG de Goiás até maio de 2023.....	21
Tabela 2: Evasão Escolar do Ensino Fundamental II – Matutino.....	46
Tabela 3: Evasão Escolar do Ensino Fundamental II – Vespertino.....	47

LISTA DE SIGLAS

CEPMG	Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás
CELG	Companhia Energética de Goiás
CPM	Colégios da Polícia Militar
PMGO	Polícia Militar de Goiás
OMS	Organização Mundial da Saúde
SANEAGO	Companhia Saneamento de Goiás S. A
UEG	Universidade Estadual de Goiás

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Foto da fachada do CEPMG de Ipameri – Goiás.....	65
Imagem 2: Alunos aprendendo sobre as Ordem Unida assim que entram no CEPMG.....	66
Imagem 3: Alunos em Ordem Unida para cantar o Hino Nacional antes de entrar em sala de aula.....	67
Imagem 4: Acesso às salas de aula do CEPMG de Ipameri.....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I – CONTEXTO HISTÓRICO DO COLÉGIO MILITAR	24
1.1 Ingresso dos alunos para o CEPMG José Pio de Santana	30
1.2 Processos iniciais na implementação do Colégio Militar	33
1.3 Caminhos metodológicos.....	43
CAPÍTULO II – O SURGIMENTO E AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO COLÉGIO ESTADUAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS JOSÉ PIO DE SANTANA	53
2.1 Apresentação do espaço – CEPMG José Pio de Santana.....	53
2.2 A estrutura oferecida pelo CEPMG José Pio Santana e suas fragilidades na visão dos entrevistados	56
CAPÍTULO III – MATERIAL INSTRUCIONAL SOBRE O COLÉGIO MILITAR JOSÉ PIO DE SANTANA	65
3.1 O que é um Colégio Militar?	66
3.1.1 A história da polícia militar no Brasil	70
3.1.2 A hierarquia vivida e ensinada pela polícia militar	71
3.1.3 Objetivos do CEPMG para com os alunos	77
3.1.4 O que é escola e qual a diferença entre hierarquia, disciplina e ensino?	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS	83
ANEXOS	87

INTRODUÇÃO

Ipameri é uma cidade interiorana do estado de Goiás, com uma população estimada pelo IBGE¹ em 2021 de 27365 pessoas, é meu local de nascimento e criação, foi escolha para a realização desta pesquisa. As avenidas são contempladas com paisagens cheias de flores e lindas palmeiras imperial que servem de pouso para os casais de arara azul que chamam atenção dos habitantes que trafegam pelas ruas. Em Ipameri a maioria das pessoas se conhece, mas vale aqui destacar que apesar de ser uma pequena cidade Ipameri não se abstém dos outros vários tipos de violência como a econômica e a social, já que devido ao sistema capitalista é impossível, em qualquer região do país, não haja violências diversas como: discriminação, segregação e intolerância – conceituando a violência social; ameaças, humilhações e provocações – conceituando a violência psicológica; difamação, calúnia e chantagens – conceituando violência moral. Existe também a violência silenciosa, principalmente quando se trata de violência sexual, moral ou psicológica; todas elas são existentes na cidade. Porém, quando delimitamos a violência física ou violência sexual podemos dizer que tais acontecimentos assustam a população da cidade e região e são mais raros de acontecer, inclusive pelo pequeno tamanho da cidade, e normalmente são crimes de feminicídio, tráfico de drogas, desentendimentos familiares².

Conforme dito anteriormente, a violência não é somente crime explícito, esses crimes como feminicídio representam a violência que as mulheres sofrem no dia a dia e, em muitos casos chegam à morte; inclusive porque a violência contra a mulher não é somente quando ela apanha ou é morta, ela se reproduz quando mulheres são assediadas, expostas a nudez, abusadas, estupradas, ameaçadas, humilhadas ou intimidadas. Existem também outros tipos de violência contra a mulher como quando trabalham fazendo o mesmo serviço dos homens e ganhando menos, quando são obrigadas a desempenharem algumas funções como limpeza da casa sem receber nada por isso e quando trabalham como empregadas domésticas sem qualquer direito.

Quando se trata de violência econômica a cidade de Ipameri tem uma desigualdade grande, assim como em diversas cidades do país. De parte da população que não tem condições de pagar aluguel, trabalham em profissões mal remuneradas e não tem condições de comer com segurança alimentar, até empresários, fazendeiros detentores de uma grande riqueza material

¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/ipameri/panorama>, acesso em 21/06/2023, às 07:40 horas.

² Revista Ideação da Universidade Oeste do Paraná - perfil da violência na infância e adolescência em Ipameri. sobre a violência na cidade de Ipameri. Acesso dia 08/07/23, às 3h55.

que contribuem para a má distribuição de renda social. Por isso, podemos afirmar que a violência silenciosa está presente no dia a dia da vida do ipamerino.

Em um caso particular, meus pais tiveram três filhos, eu, única filha comecei a trabalhar com 13 anos sendo babá e, posteriormente, caixa de supermercado em vários lugares da cidade. Sempre gostei de ajudar em casa e ser independente, afinal trabalhando conseguia comprar coisas para mim. Meu pai trabalhava como pedreiro, serviço pesado, trabalhava muito para sustentar a casa. Quando completei pouco mais de 20 anos minha vida mudou completamente, perdi meu querido pai. Desde então passei a ajudar minha mãe a cuidar e ensinar as responsabilidades do dia a dia ao meu irmão mais novo, que na época tinha oito anos. Já com 29 anos me casei e fui viver minha vida, mas sempre priorizando o cuidado com a minha família; e, por opção não quis ter filho.

A priori, a vontade de trabalhar ainda adolescente surgiu pelo meu interesse e não ter que aceitar as regras impostas pelos meus pais, pois para eles o meu dever era ficar em casa e estudar. Mesmo mantendo uma vida simples meu pai sempre priorizou cuidar da família, eu sempre fui uma menina esforçada que mesmo trabalhando para ganhar pouco queria conquistar o meu dinheiro.

Toda a rotina de vida só mudou mesmo depois da perda do meu pai, quando eu tinha 20 anos e não tive opção e abandonei meus estudos para poder ajudar em casa. Meu único irmão que era mais velho já estava casado e tinha a vida dele, dessa forma naquele momento seria só eu e minha mãe tentando seguir a vida e tudo foi se ajustando aos poucos. Como tudo na vida tem um propósito, eu só tive a oportunidade de voltar aos estudos depois de 24 anos fora da sala de aula e começar lá no EJA. Eu tinha um sonho dentro de mim que clamava para ser realizado, e foi por aí que minha vida começou a mudar; ao iniciar uma graduação e ter formação em História aos 50 anos.

Sempre gostei da área de humanas, principalmente pelo interesse em conhecer, analisar e compreender acontecimentos históricos de todo o mundo. Diante desse olhar, me formei em História pela Universidade Estadual de Goiás no Campus Pires do Rio. Quando finalizei minha graduação já optei por uma especialização em Diversidade e Educação: Relações Étnico-Raciais e de Gênero cujo objeto de estudo para meu artigo foi o Colégio José Pio de Santana³, onde realizei uma pesquisa relacionada à evasão escolar com defesa em 2017. Através deste trabalho pude compreender que a evasão e a repetência escolar representavam alguns dos

³ FREITAS, Máira Aparecida Brandão de. Evasão escolar: causas e consequências na Escola José Pio de Santana em Ipameri Goiás (2016). Ipameri: Universidade Estadual de Goiás, Curso de Pós-graduação Diversidade e Educação: Relações Étnico-Raciais e de Gênero, 2017. Graduada em História em Pires do Rio UEG.

grandes desafios a serem vencidos por todos os envolvidos com uma educação pública de qualidade e diversas foram as causas que levaram o aluno a evadir-se da escola, entre elas a desigualdade social, distribuição de renda, falta de interesse, a ausência dos pais na escola, entre muitos outros.

No entanto, temos que observar que tais desafios devem ser levados em consideração ao destacar detalhes como notar que mesmo apresentando o ponto da ausência dos pais na escola para o índice de evasão grande parte das famílias é mantida pela mãe e avós, assim como aponto minha pesquisa de especialização; mas, às vezes, pais separados mantêm seus filhos ofertando condições melhores do que mantidos por casais tidos como “tradicionais”. Em contrapartida, na pesquisa realizada por mim, a ausência dos pais foi referenciada como sendo um dos fatores causadores da evasão escolar; tais conclusões foram evidenciadas através das várias entrevistas realizadas para a construção do texto de especialização. E, ao finalizar esse estudo, consegui perceber que a problemática da evasão escolar na Escola Estadual José Pio Santana, em Ipameri-GO, foi vivenciada, pois, as entrevistadas apontaram que a ocorrência da evasão escolar se deu a partir de vários fatores sociais, sendo ausência da família na vida escolar um dos fatores.

Diante os resultados obtidos no artigo da minha especialização, foi possível trazer o tema do meu primeiro texto para aprofundar na pesquisa do meu trabalho dissertativo do mestrado, pois a Escola Estadual José Pio Santana havia passado por um processo de transição para a militarização após meus estudos. O artigo desenvolvido possibilitou, além da aquisição das fontes e da documentação constante nos arquivos consultados e ainda de uma bibliografia mínima, algumas reflexões sobre a temática em questão. No entanto, algumas indagações permaneceram em aberto. É, justamente, movida por essas indagações que avançamos na pesquisa, sendo uma delas o motivo pelo qual a escola foi transformada em Colégio Militar e os impactos desse processo na vida das pessoas.

Ao entrar no mestrado, aparece o interesse pela Lei 19.651 de 12 maio de 2017 que dispõe sobre a criação de Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás e a criação do CEPMG José Pio de Santana de Ipameri - Goiás; e assim vieram algumas indagações a fim de refletir sobre o modelo de gestão implantado que a partir daquele momento se transformaria em Colégio Estadual da Polícia Militar CEPMG José Pio de Santana na cidade de Ipameri Goiás.

Sendo assim, nosso objeto é compreender as questões acerca da implementação desse modelo de ensino público, levantando informações sobre o período de transição para a gestão da Polícia Militar (2017-2019). Utilizamos na pesquisa, enquanto documentação o Projeto Político Pedagógico do Colégio José Pio de Santana, o Regimento Escolar, dados

disponibilizados pela Polícia Militar de Goiás no portal. Vale ressaltar aqui que quando comecei minha pesquisa fui informada de que fazendo uma visita à Subsecretaria de Educação em Pires do Rio – cidade vizinha a Ipameri – eu conseguiria toda documentação necessária para realizar esse trabalho, porém, após a visita feita a Subsecretaria não obtive nenhuma resposta sobre documentações que estariam disponíveis para pesquisa. Uma fonte importante foi construída, mediante entrevistas gravadas com mães, alunos e ex-alunos e professores da Instituição aqui estudada, que serão apresentadas no segundo capítulo.

Inicialmente tentamos realizar a pesquisa mediante a construção, distribuição de um questionário, para entendermos como as pessoas envolvidas com ensino e aprendizagem perceberam e sentiram a militarização do Colégio. Para avançarmos, colocamos no questionário perguntas que instigavam para responderem sobre o processo. Os questionários foram entregues a três pais de alunos e todos devolveram respondido, porém, além da pouca participação, a forma como responderam possuíam um aspecto técnico que não expressavam ou ocultavam a subjetividade dos que responderam, não agregando valor para a pesquisa.

Ao observar os limites do uso dos questionários, buscamos produzir entrevistas como estratégia de identificar como foram vivenciadas, interpretadas o processo da militarização da escola. Convidei para as entrevistas cinco professoras, mas apenas duas deram seus depoimentos. Outras duas desmarcaram várias vezes a entrevista e acabaram não arrumando data para que ela acontecesse, justificando posteriormente que não poderiam mais. A outra deixou bem claro que não gostaria de dar a entrevista porque não tinha nada a contribuir com o trabalho já que não apoia o Colégio e nem como ele se estabilizou militarmente, mas permitiu que este relato de não apoio fosse colocado no trabalho. São professoras formadas há vários anos e que trabalham na mesma escola, com cargo efetivo pelo estado com formação em Pedagogia, Geografia, História. Uma das professoras tem uma carreira extensa trabalhando em contrato com Estado de Goiás. A pesquisa, por envolver pessoas que vivem em uma cidade pequena e por precaução com a segurança e privacidade dos entrevistados seus nomes foram omitidos. Para identificar os entrevistados fizemos uso de letras que substituíram os nomes. Optamos também por omitir o endereço dos entrevistados nas citações, considerando ser Ipameri, uma cidade pequena e o tema que envolve segurança pública, poderia colocar de alguma forma a integridade física e/ou emocional em risco.

É importante lembrar que as entrevistas tiveram experiências vividas pelos entrevistados que foram diferentes sobre o mesmo assunto como, por exemplo, a disciplina dos alunos. Isso nos permite visões diversas sobre o mesmo tema e, nesse sentido, as fontes históricas permitem aprofundar em arquivos, ouvir depoimentos, manusear documentos, escarafunchar vestígios da

cultura material ou simbólica, decifrar impressos ou audiovisuais em busca das experiências de nossos antepassados. Para analisar e verificar tais questões este texto está disposto em dois capítulos teóricos e um capítulo em forma de produto do material recolhido sobre o Colégio.

No capítulo I são apresentados os caminhos percorridos no desenvolver da pesquisa; caracterizando o estudo da oralidade e sua importância ao alcance do produto final deste trabalho, além dos desafios de testar o tema da pesquisa no diálogo com entrevistados.

O capítulo II discorreu sobre como a escola foi preparada para ser militarizada ao que diz respeito da sua estrutura física; analisou quem utilizam uniformes, como são as atribuições de patentes para todas as séries distintas que os alunos ocupam, averiguou se há diferentes tratamentos entre classes sociais e ressaltou o conhecimento que cada aluno obtém com os outros colegas na escola. Nele também aparecem as entrevistas feitas para o trabalho inicial que ajudaram na escrita deste. O terceiro capítulo é apresentado na forma de um produto – um material instrucional sobre o Colégio Estadual da Polícia Militar CEPMG José Pio de Santana de Ipameri – Goiás, e todos os seus detalhes.

CAPÍTULO I – CONTEXTO HISTÓRICO DO COLÉGIO MILITAR

Para escrever este capítulo é fundamental levantar informações sobre a história dos Colégios Militares no estado de Goiás, bem como o Colégio que foi objeto desta pesquisa. Entre os anos de 1970 e 2000 o processo de expansão da rede pública de ensino no Brasil foi intenso, e esteve em maior intensidade a partir dos anos 90. O surgimento dos Colégios sob o comando da Polícia Militar no estado de Goiás, os atuais CEPMG, é descrita em lei desde meados da década de 70:

A origem dos CEPMG é atribuída a uma legislação do período da Ditadura Militar, a Lei nº 8.125, de 18 de junho de 1976, sancionada pelo governador biônico Irapuan Costa Júnior, que tratava da Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Goiás. Nesta lei havia a previsão de criação de uma Diretoria de Ensino como um “órgão de direção setorial do Sistema de Ensino”, que incumbir-se-ia do planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de formação, aperfeiçoamento e especialização de oficiais e praças. (CAMPOS, 2019, p. 15, *apud* ALVES, TOSCHI; FERREIRA, 2018, p. 273).

A priori, essas unidades foram criadas com o objetivo de proporcionar aos filhos de militares ativos, inativos e honorários do Exército e da Marinha e aos civis que desejassem seguir a carreira militar, os meios de receberem instrução que em poucos anos lhes abrissem as portas das Escolas Militares. Hoje, o formato dessa militarização escolar é outro. Segundo Queiroz (2021, p. 78) a militarização ocorre “a partir de parcerias estabelecidas entre as secretarias de Educação e Segurança Pública dos estados, essas instituições passam a ser gerenciadas por oficiais da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros”.

Para tanto Queiroz (2021) salienta que através do acordo entre as secretarias de Educação e Segurança Pública dos estados e oficiais da Polícia Militar os professores e coordenadores se ocupam da parte pedagógica e os oficiais se tornam responsáveis pela disciplina. Cria-se então uma divisão entre ensinar os alunos e manter a disciplina deles, ficando a primeira parte com os professores e a segunda parte com os militares, justificando-se pelo fato de que as normas e regras das escolas devem ser rigorosamente cumpridas. A lei nº 8.125 de 1976 permitiu a criação dos Colégios da Polícia Militar (CPM), atualmente Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG)⁴, em uma composição que tem por base a cooperação, nesse caso, em consonância com a Secretaria Estadual de Educação. A criação e a expansão dos atuais Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás, denominados desde 2017

⁴ Lei nº 19.779, de 18 de julho de 2017, altera o nome de Colégio da Polícia Militar, para Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás (CEPMG). Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/99089/pdf>. Acesso em: 08 de mar. de 2023.

pela sigla CEPMG, foi prevista em 18 de junho de 1976, quando foi sancionada a Lei nº 8.125, que “dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências”. Conforme se observa no texto preliminar ao corpo da Lei, o Ato Legal não trata especificamente sobre escolas da PMGO, mas sim sobre a forma de organização da Corporação.

CAPÍTULO III; Dos Órgãos de Apoio: Art. 23 - Os órgãos de apoio compreendem: b) Colégio da Polícia Militar (CPM). II - Órgãos de Apoio Logístico: a) Centro de Suprimento e Manutenção, compreendendo: 1 - Seção de Comando e Serviços (SCS); 2 - Seção de Suprimento e Manutenção de Material Bélico (SSM/MB); 3 - Seção de Suprimento e Manutenção de Intendência (SSM/Int); 4 - Seção de Suprimento e Manutenção de Obras (SSM/O). III - Órgãos de Apoio de Saúde: a) Policlínica da Polícia Militar (PCPM); b) Juntas Médicas; c) Outros órgãos considerados necessários. IV - Órgãos de Apoio de Pessoal: - Centro de Assistência Social. Art. 24 - Os Órgãos de Apoio de Ensino são subordinados à Diretoria de Ensino e destinam-se à formação, aperfeiçoamento e especialização de Oficiais e Praças. Art. 25 - Os Órgãos de Apoio Logístico subordinam-se à Diretoria de Apoio Logístico e destinam-se ao recebimento, estocagem e distribuição de suprimentos e à execução da manutenção de todo o material. Art. 26 - Os Órgãos de Apoio de Saúde subordinam-se à Diretoria de Apoio Logístico e destinam-se a execução das atividades de saúde em proveito da Corporação. Art. 27 - O Órgão de Apoio de Pessoal subordina-se à Diretoria de Pessoal. (GOIÁS, 2017, n. p.).

Conforme na citação acima, além de descrever a diretrizes, de forma ampla e geral, para a estrutura burocrática da tropa, a lei prevê, em seu artigo 23, que o Colégio da Polícia Militar deve compor a estrutura administrativa da PMGO como um Órgão de Apoio de Ensino. O artigo 24, por sua vez, determina que “Os órgãos de Apoio de Ensino são subordinados à Diretoria de Ensino e destinam-se à formação, aperfeiçoamento e especialização de Oficiais e Praças” (GOIÁS, 1976). Portanto, as diretrizes dessa lei que foram formuladas durante a ditadura militar, em um período em que algumas unidades federativas já contavam com escolas militares estaduais, e que foram pensadas para atender a demandas da própria corporação, especificamente relacionadas à formação de seus membros.

Apesar de a Lei ter sido sancionada em 1976, somente após 23 anos, isto é, em 1998, começou funcionar o primeiro Colégio da Polícia Militar de Goiás⁵ (CEPMG). Estes colégios criados não eram mais para a formação de quadros militares, eram agora para tornar escolas públicas militares com um quadro de normas e regras diferentes das demais escolas públicas. A Portaria nº 0604, do Gabinete da PMGO, publicada no dia 19 de novembro de 1998, ativou a unidade com a denominação de Colégio da Polícia Militar de Goiás – Cel. Cícero Bueno

⁵ As instalações da Academia de Polícia Militar em Goiânia, provisoriamente, sediaram a então primeira unidade do Colégio da Polícia Militar, que foi ativada pela Portaria nº 0604/98/PM-Gab., de 19 de novembro de 1998, dando início à estrutura de funcionamento a partir de janeiro de 1999, passando então a denominar-se Colégio da Polícia Militar de Goiás – Coronel PM Cícero Bueno Brandão.

Brandão, e determinou que suas atividades escolares se iniciassem em 1999. Ferreira (2018) salienta sobre o intervalo entre a sanção da Lei e a criação Colégio da Polícia Militar de Goiás:

Esse intervalo de 23 anos – entre a criação da Lei n. 8.125 de 18 de junho de 1976 e o início das atividades escolares do primeiro CEPMG - se deu, a nosso ver, basicamente por dois fatores: o processo de relativa redemocratização do país ocorrido a partir de 1976 e a retomada do movimento de guinada à direita ocorrida na década de 1990 em vários países da Europa e da América Latina, com a elitização do ensino público e o avanço do conservadorismo na sociedade. A partir de 1976, o Brasil já caminhava para o processo de redemocratização política, educacional e social e parecia soar destoado desse movimento acerca da criação de escolas militares nesse período. Particularmente em Goiás, atribuímos a criação desses colégios a uma política de governo de Marconi Perillo - que assumiu seu primeiro mandato em 1º de janeiro de 1999, ano da efetivação desse modelo de ensino neste estado. (FERREIRA, 2018, p. 52).

Ferreira (2018) afirma que essa lacuna de 23 anos foi preenchida e que vários fatores levaram ao surgimento desse intervalo. Nos últimos anos, o estado de Goiás vem seguindo uma política de implementação de colégios em regime militar em grande parte do estado, dirigindo a atenção da capital e região metropolitana aos municípios do interior do estado. Atualmente, de acordo as informações obtidas no site dos CEPMG⁶, estão em funcionamento 61 colégios sob o regime da Polícia Militar em todo Estado de Goiás, além de possuir uma fila em processo de aprovação para serem implantados. Dentre os colégios militares implantados, oito unidades estão situadas na capital e o restante espalhado pelo interior do estado e região metropolitana. Destacando que em maio deste ano, 2023, o governo de Goiás anunciou a implantação de mais dez Colégios Militares no estado: além da capital, as novas unidades serão implantadas nos municípios de Águas Lindas de Goiás, Bela Vista de Goiás, Cristalina, Cidade Ocidental, Mineiros, Planaltina, Padre Bernardo, Santo Antônio do Descoberto e Silvânia. Abaixo a lista das CEPMG em ordem crescente por data de militarização:

Tabela 1: CEPMG de Goiás até maio de 2023.

CEPMG 13 DE MAIO	Alexânia
CEPMG 5 DE JANEIRO	Sanclerlândia
CEPMG AMERICO ANTUNES	São Luiz dos Montes Belos
CEPMG ARISTON GOMES DA SILVA	Iporá
CEPMG ARLINDO COSTA	Anápolis

⁶ Informações referentes aos colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás, bem o acesso a páginas dos colégios. Disponível em: <https://www.portalCEPMG.com.br/nossas-unidades>. Acesso em: 10 de mai. de 2022.

CEPMG AYRTON SENNA	Goiânia
CEPMG BENEDITA BRITO DE ANDRADE	Goianápolis
CEPMG CABO PM EDMILSON DE SOUSA LEMOS	Palmeiras de Goiás
CEPMG CARLOS CUNHA FILHO	Rio Verde
CEPMG CASTELO BRANCO	Trindade
CEPMG COLINA AZUL	Aparecida de Goiânia
CEPMG COMENDADOR CHRISTÓVAM DE OLIVEIRA	Pirenópolis
CEPMG DE RUBIATABA	Rubiataba
CEPMG DIONÁRIA ROCHA	Itumbiara
CEPMG DOM PRUDÊNCIO	Posse
CEPMG DOMINGOS DE OLIVEIRA	Formosa
CEPMG DOUTOR NEGREIROS	Nerópolis
CEPMG DR. CESAR TOLEDO	Anápolis
CEPMG DR. JOSÉ FELICIANO FERREIRA	Guapó
CEPMG DR. THARSIS CAMPOS	Catalão
CEPMG ELÍSIO JOAQUIM DE VASCONCELOS	Goiatuba
CEPMG ELY DA SILVA BRAZ	Luziânia
CEPMG FERNANDO PESSOA	Valparaíso
CEPMG FRANCISCO ANTÔNIO DE AZEVEDO	Uruaçu
CEPMG GABRIEL ISSA	Anápolis
CEPMG GERALDA ANDRADE MARTINS	Itapaci
CEPMG HÉLIO VELOSO	Ceres
CEPMG HUGO DE CARVALHO RAMOS	Goiânia
CEPMG ITAUÇU	Itauçu
CEPMG JARDIM GUANABARA	Goiânia
CEPMG JOÃO AUGUSTO PERILLO	Goiás
CEPMG JOSÉ ALVES DE ASSIS	Itapuranga
CEPMG JOSE ANTERO RIBEIRO	Bom Jesus de Goiás
CEPMG JOSÉ CARRILHO	Goianésia
CEPMG JOSE DE ALENCAR	Novo Gama

CEPMG JOSÉ DOS REIS MENDES	Trindade
CEPMG JOSÉ PIO DE SANTANA	Ipameri
CEPMG JOSÉ SILVA OLIVEIRA	Goianira
CEPMG MADRE GERMANA	Goiânia
CEPMG MAJOR OSCAR ALVELOS	Goiânia
CEPMG MANOEL VILAVERDE	Inhumas
CEPMG MANSÕES PARAISO	Aparecida de Goiânia
CEPMG MARIA HELENY PERILLO	Itaberaí
CEPMG MARIA TEREZA GARCIA NETA BENTO	Jussara
CEPMG MIRIAM BENCHIMOL FERREIRA	Goiânia
CEPMG NADER ALVES DOS SANTOS	Aparecida de Goiânia
CEPMG NESTÓRIO RIBEIRO	Jataí
CEPMG NIVO DA NEVES	Caldas Novas
CEPMG PADRE PELÁGIO	Goianira
CEPMG PEDRO LUDOVICO	Quirinópolis
CEPMG PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA	Trindade
CEPMG PEDRO XAVIER TEIXEIRA	Senador Canedo
CEPMG PROF. AUGUSTA MACHADO	Hidrolândia
CEPMG PROFESSOR IVAN FERREIRA	Pires do Rio
CEPMG ROSA TURISCO DE ARAÚJO	Anicuns
CEPMG SILVIO DE CASTRO RIBEIRO	Jaraguá
CEPMG TOMAZ MARTINS DA CUNHA	Porangatu
CEPMG VASCO DOS REIS	Goiânia
CEPMG WALDEMAR MUNDIM	Goiânia
CEPMG XAVIER DE ALMEIDA	Morrinhos

Fonte: própria autora com dados do Portal CEPMG⁷.

⁷ Dados obtidos no site [Nossas Unidades – Portal CEPMG](#), com acesso no dia 09 de julho de 2023, às 22h27.

O que podemos notar é que com a política adotada pelo ex-governador do estado, Marconi Perillo⁸, nos anos em que exerceu o cargo em seus mandatos conseguiu viabilizar a ampliação de várias unidades, em que o regime disciplinar fica à disposição da polícia militar. É notório saber que as reivindicações mais recorrentes no estado trataram da abertura de novas unidades militares nos municípios discutidas entre o governador e prefeitos. Esse ponto é salientado pela secretaria de Educação, Saúde e Esporte de Goiás, Raquel Teixeira. Em Ipameri e em outras cidades do estado, com o auxílio do então deputado Estadual de Goiás Jean Carlo, foi elaborada a emenda parlamentar em que propôs a implantação do colégio militar no município. Foram realizadas audiências públicas,⁹ reuniões com a então Prefeita Daniela Carneiro, seus secretários e Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Goiás na formalização para implantação do Colégio Militar de Ipameri e suas definições. Segundo o poder público da cidade a implantação do colégio militar veio para somar forças com a rede de ensino, alinhado ao resgate de valores cívicos e morais. Na cidade de Ipameri-GO a implantação ocorreu pela Lei nº 19.651 de 12 de maio de 2017:

Art. 5º A Escola Estadual José Pio de Santana, situada na Rua Ponciano Corrêa, nº 29, Centro, no Município de Ipameri, fica transformada em Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – CEPMG. § 1º A Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE– e o Comando de Ensino Policial Militar do Comando-Geral da Polícia Militar adotarão todas as medidas administrativas necessárias ao pleno funcionamento do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás criado por este artigo, a partir do 1º (primeiro) semestre do ano letivo de 2017. (GOIÁS, 2017, n. p.).

O processo de militarização da escola iniciou-se no ano de 2017 com a escolha da escola pública estadual em Ipameri que iria receber a gestão da Polícia Militar. Optou-se pela união de duas escolas estaduais, sendo o Colégio Estadual Monsenhor Domingos Pinto Figueiredo que possuía boas instalações, localizado em um terreno amplo Rua Espírito Santo, s/n, Vila Souza (periferia da cidade) próximo à saída para Goiânia e a Escola Estadual José Pio de Santana, localizada na Rua Ponciano Correa, nº29. Situada no centro da cidade de Ipameri a Escola Estadual José Pio de Santana, foi escolhida por sua trajetória de existência, que contou com a iniciativa de um militar para sua fundação. O nome foi dado em agradecimento às ações prestadas pelo Professor José Pio de Santana que fundara a Escola Maria Antônia dos Santos

⁸ Marconi Ferreira Perillo Júnior (Palmeiras de Goiás, 7 de março de 1963) é um político brasileiro, filiado ao Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Ex-Governador do Estado de Goiás exerceu o cargo em quatro mandatos (1999 a 2002, 2003 a 2006, 2011 a 2014, e de 2015 até 2018).

⁹ Cf. em <https://ipameri.go.gov.br/audiencia-publica-para-a-implantacao-do-colegio-militar-em-ipameri/>, acesso em 21/06/2023, às 09:46 horas.

em 1952 (PPP, 2016). Por isso, com a união das duas escolas permaneceu o nome do militar José Pio de Santana.

1.1 Ingresso dos alunos para o CEPMG José Pio de Santana

A Escola Estadual José Pio de Santana possuía poucos alunos antes da sua militarização, conforme expresso no relatório quantitativo de alunos da escola; sendo um total de 296 alunos matriculados no Ensino Fundamental II, único nível de ensino que a escola possuía. Eles estavam dispostos em dois turnos – matutino e vespertino – no ano de 2017. Porém, de acordo com o relatório quantitativo de alunos do CEPMG José Pio de Santana, após a transição no ano de 2019 o colégio passou a contar com um total de 455 alunos matriculados nos dois turnos. O CEPMG José Pio de Santana foi implantado no antigo Colégio Estadual Monsenhor Domingos de Figueiredo “Polivalente”, no qual teve que passar primeiramente por algumas reformas, como pinturas, construção de rampas, aumento de duas salas de aulas, e melhorias na cozinha para recepcionar os alunos. (CEPMG, 2021).

Além da reforma na estrutura física do prédio, com um considerável aumento na quantidade de alunos matriculados na escola, o quadro de corpo docente também teve que ser ampliado. Atualmente, em 2023 sob a gestão do diretor/comandante Capitão Adorinho Divino Silva está uma equipe de 15 militares e 42 profissionais da educação que atendem aos 455 alunos matriculados na 2ª fase Ensino Fundamental. No Ensino Médio há 108 alunos matriculados distribuídos nos turnos matutino e vespertino desenvolvendo um trabalho de excelência. (CEPMG, 2021).

Vale destacar que cada entrevistado será nomeado por uma letra do alfabeto para não haver identificação e manter a privacidade do entrevistado, por decisão dessa autora. Segundo uma de nossas entrevistadas, a professora A, a permanência na instituição de ensino ocorreu de acordo com a escolha dos pais e responsáveis pelos alunos; afinal eles estavam matriculados na Escola Estadual José Pio de Santana e automaticamente já seriam vinculados ao Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás José Pio de Santana. A própria escola se encarregou de oferecer palestras informativas sobre as mudanças e o funcionamento do CEPMG para sanarem as dúvidas dos pais ao se decidirem pelo futuro dos filhos. (CEPMG, 2021).

A professora A trabalhava como contrato temporário; já há vários anos sendo sempre renovado; na Escola Estadual José Pio de Santana e permaneceu no Colégio ao se tornar CEPMG José Pio de Santana evidencia que:

Todos os alunos que estavam na Escola Estadual Jose Pio de Santana foram ingressados no Colégio Estadual da Polícia Militar do Estado de Goiás, formando assim as primeiras turmas do colégio militar. Aqueles que não quiseram permanecer na nova instituição de ensino escolheram por transferir para outra unidade escolar, porém a maioria continuou a estudar no Colégio Militar. (PROFESSOR A, entrevista realizada no dia 12/07/22, às 18h).

De acordo com a professora A as primeiras turmas do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás José Pio de Santana foram formadas pelos alunos oriundos da Escola José Pio de Santana do qual se formou todas as turmas não precisando haver processo seletivo, nem sorteio para escolha de alunos para compor o corpo discente da instituição. No ano seguinte houve sorteio para ingressar na escola conforme normas do colégio; salienta-se que conforme o Regimento escolar p. 29 artigo 86 o ingresso do aluno no CEPMG será efetivado mediante sorteio, coordenado por comissão nomeada pelo comando de ensino da PMGO e presidida pelo comandante e diretor da unidade escolar em questão.

§ 1º O Comandante e Diretor do CEPMG fará a previsão das vagas para o ano seguinte, e informará ao Comando de Ensino da PMGO para a elaboração de edital. § 2º Após a realização do sorteio para o ingresso do aluno na Unidade Escolar, o Comandante e Diretor do CEPMG poderá autorizar novas matrículas de alunos por transferência de escolas públicas e/ou privadas, mediante solicitação do interessado, desde que haja vacância nas turmas por reestruturação, desistência, abandono, evasão ou abertura de novas turmas. § 3º Depois de efetivada a matrícula dos alunos submetidos ao processo de ingresso definido pelo Comando de Ensino da PMGO (sorteio), o Comandante e Diretor do CEPMG terá livre arbítrio para administrar as novas matrículas que porventura surgirem. § 4º O aluno que for desligado do quadro do corpo discente, nos termos favoráveis deste Regimento, terá nova matrícula se submetido a novo sorteio para ingresso no ano letivo que se pleiteia. (GOIÁS, 2017, n. p.).

No site da CEPMG é disponibilizado, pelo Comando de Ensino da Polícia Militar, o edital de normatização do Processo Seletivo para ingresso de novos alunos nas Unidades dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás. Ele é realizado ao final de cada ano letivo, entre os meses de outubro a novembro. As inscrições para o processo seletivo são realizadas pela internet, exclusivamente, e todas as vagas disponibilizadas são preenchidas pelo critério de sorteio. O sorteio é digital é transmitido ao vivo por meio de *lives* no canal do Comando de Ensino no *YouTube*. Todo esse processo é evidenciado pela professora B¹⁰ que já trabalhava como efetiva na Escola Estadual José Pio de Santana desde 2009 e permaneceu ao se tornar Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás José Pio de Santana que em suas ressalvas descreve toda a mudança:

¹⁰ Professora, 56 anos, formada em Geografia. Entrevista realizada no dia 27 de março 2022 às 10:34h, em Ipameri-Goiás.

Antes da escola se tornar militar as matrículas eram realizadas pelo sistema da secretaria da educação no site ou os pais se dirigiam a escola solicitando a vaga. Após o processo de militarização, os procedimentos para matrícula foram mudados, os pais teriam que acessar o site da escola e inscrever seus filhos. Caso o número de inscritos fosse superior ao número de vagas era realizado o sorteio. Eu já presenciei vários sorteios no pátio da escola, os pais também estavam presentes para assistir o sorteio de acordo com as vagas específicas. Atualmente eu percebo que a maioria dos alunos que procuram ingressar no colégio militar principalmente no 6º ano consegue sua vaga. Mesmo assim acontece o sorteio normalmente por ser regra a ser cumprida do Colégio Militar. Assim que o Colégio passou a ser militar o número de alunos cresceu bastante. (PROFESSOR B, entrevista realizada no dia 27/03/202, às 10h34).

Como podemos observar todos os trâmites iniciais são realizados pelo CEPMG e o edital esclarece quem deve conduzir o sorteio e como este deve ser procedido, estabelecendo os critérios para a formação da comissão de sua condução e os critérios a serem observados pelos interessados em ingressar nesses colégios:

Art. 7º - § 1º - O sorteio será conduzido pelo Comandante e Diretor da Unidade do CEPMG, devendo ser realizado separadamente para cada série que foi oferecida a vaga, na presença dos pais ou responsáveis dos candidatos, dos membros do Conselho escolar e de representantes da Sociedade Civil.

[...]

Art. 8º - Todos os candidatos regularmente inscritos concorrerão ao sorteio das vagas, independentemente da sua presença ou da presença de seus responsáveis, durante o evento.

Art. 9º - A lista dos candidatos sorteados será divulgada após a sua realização, ficando fixada na Unidade do sorteio e sítios eletrônicos para conhecimento dos interessados.

Parágrafo único – Em nenhuma hipótese serão repassadas informações sobre sorteados por telefone (GOIÁS, 2017, n. p.).

Sendo assim, todo o trâmite é realizado pelo CEPMG, cabendo aos pais/responsáveis fazerem a inscrição para concorrer à vaga. A professora A relata tal processo:

As famílias que têm interesse que seus filhos estudem no colégio há todo um processo a ser realizado pela família do aluno. Os pais devem acessar o site, realizar a inscrição e aguardar o dia do sorteio que é transmitido ao vivo no canal YouTube para concorrer a vaga. Caso o aluno tenha sido sorteado a matrícula pode ser realizada pelo responsável. Os militares do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás José Pio de Santana não participam desse processo. Este processo é realizado por militares do comando de Goiânia/GO. (PROFESSOR A, entrevista realizada no dia 12/07/22, às 18h).

Para o ano de 2022, conforme o Edital n. 001/2021-CEPMG, foram oferecidas 9.159 (nove mil cento e cinquenta e nove vagas) em 61 unidades de CEPMG, o que demonstra crescimento na quantidade de colégios geridos pela PM que, em 2019, contava com 47 unidades.

1.2 Processos iniciais na implementação do Colégio Militar

A mudança do prédio aconteceu no período de férias escolares, em janeiro de 2018, quando a Escola Estadual José Pio de Santana deixou suas instalações e passou a funcionar no local do Colégio Estadual Monsenhor Domingos Pinto Figueiredo. Os funcionários puderam optar em permanecer na escola ou ser transferido para outra instituição. De acordo com a professora A, bem como, alguns profissionais de outras instituições se prontificaram fazer parte do quadro de funcionários desta nova instituição de ensino que também abriu novas vagas, afinal o número de alunos aumentou e a oferta também já que começaria a funcionar o Ensino Médio para os alunos. Nesse processo a professora A em sua entrevista relatou que:

A maioria dos professores de antes de ser militarizada permaneceu no colégio. Como passou de escola para colégio houve uma necessidade em aumentar o quadro de professores. Então hoje, temos um número maior de professores que vieram de outras cidades e também de instituições de ensino estadual da nossa cidade, fazendo parte do colégio militar nesse momento. (PROFESSOR A, entrevista realizada no dia 12/07/22, às 18h).

Porém, com a necessidade de ampliar as instalações existentes no Colégio, começaram a funcionar apenas com o Ensino Fundamental II do 6º ao 9º ano, como existia até o presente momento nas duas escolas que se uniram. Havendo o projeto de se estender para o Ensino Médio, de forma gradual, a cada ano construindo mais uma sala de aula e aumentando uma série por ano no Colégio Militar, estando completo somente no ano de 2021 com a oferta do terceiro ano do Ensino Médio. (IPAMERI, 2017). O projeto saiu do papel e se tornou uma realidade dentro no colégio que para a professora A é:

Eu como professora interpreto essa mudança e vivenciei todo esse processo na escola. Antes a escola ofertava as séries do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Após ser tornar militarizada foi oferecido o ensino médio sendo um fator muito interessante, pois passou de uma escola para um colégio militar. Sem contar que foi proporcionada uma estrutura física melhor para os alunos com a mudança de prédio, sendo isto muito gratificante. (PROFESSOR A, entrevista realizada no dia 12/07/22, às 18h).

Destaque para fala da Professor A que ressalta a importância da mudança na estrutura física do espaço, fator fundamental para a melhora do processo. Antes da Escola Estadual José Pio de Santana ter a possibilidade de se tornar um Colégio Militar, poucos eram os interesses de investimentos na instituição de ensino; quando cogitou vir para a unidade o primeiro Colégio Militar da cidade, o Governo do Estado começou a ter maior interesse em correr atrás das benfeitorias da escola, por isso, um dos fatores positivos da transformação do colégio militar foi à mudança que aconteceu na estrutura física e humana da escola. Mais adiante, no próximo

capítulo, conseguiremos detalhar essas mudanças na estrutura para justificar e exemplificar as entrevistas concedidas.

Os policiais militares chegaram ao CEPMG no segundo semestre de 2018, a demora ocorreu pelo fato de terem que passar por um processo de seleção, no qual o governo abriu oportunidade para voluntários que já estavam atuando dentro da Polícia Militar, bem como para quem estava aposentado na força de segurança e quisesse retornar à ativa. Entretanto, cada cargo deveria ser ocupado por um profissional que possuísse alta patente militar dentro da corporação.

Procedimento no qual todos os colégios militares do estado de Goiás tiveram que passar durante sua implementação, sendo cada um no seu tempo. No caso de Ipameri este processo demorou seis meses para completar seu quadro de funcionários e capacitar esses profissionais, para saberem lidar com o meio educacional. Os militares passaram por cursos de formação educacional antes de assumirem suas funções no Colégio Militar. Por isso, a demora em ocupar os cargos na instituição, acarretando um processo de adaptação e familiarização com as novas normas implementadas.

Neste período de 2018, os alunos estavam tomando conhecimento das novas normas do colégio, sendo adotado um uniforme provisório, que era composto de uma calça jeans e uma camiseta branca; também não existia uma hierarquia entre as turmas, pois os alunos ainda não possuíam um uniforme adequado com insígnias que os colocavam em patentes diferentes de acordo com a série que ocupa. A esse respeito, o Regulamento de Continências, que rege todos os Colégios Militares do estado, orienta nos capítulos I e II que:

Há hierarquia entre os alunos do Colégio Militar, a série inicial, o sexto ano da segunda fase do Ensino Fundamental, é mais moderna que a do sétimo ano, o nono ano é mais antigo que o oitavo. No Ensino Médio, ocorre a mesma coisa, a primeira série é a mais moderna e a terceira série é a mais antiga e superior hierárquica de todas as turmas. (SILVA, 2009, p. 19).

Um sistema hierárquico de colocação que se assemelha com os cargos militares e passou a existir na unidade CEPMG de Ipameri somente após a chegada dos policiais militares, em 2019. Em 2018, os alunos também não tinham uma ficha de comportamento, sistema denominado GR-8, no qual apesar da sigla soar estranho o GR8 é o Sistema de Gerenciamento de Gestão Educacional. O portal do aluno é uma ferramenta que permite aos alunos e responsáveis, acompanharem toda a vida acadêmica do aluno. E conta com os principais recursos (GR8 ESCOLAR WEB, 2022):

- ✓ Notas e Boletim; Horários de aulas; Calendário escolar; Ocorrências disciplinares; Cardápio; Frequência/Faltas. Extrato de movimentação financeira; Emissão de segunda via de carnê. Acesso ficha cadastral.
- ✓ Ambiente Virtual; Agenda de aulas ao vivo; Controle de aulas e conteúdos; Envio de Materiais didáticos aos alunos (arquivos PDF, Word, Excel, etc. e links de vídeos); Fóruns de debate e avaliativos; Atividades e avaliações online; Portfólio do aluno (materiais enviados pelo aluno aos professores)
- ✓ Aplicativo - notas e Boletim; Faltas - Com alerta e histórico de faltas; Horário de aulas; Avisos da escola; Ocorrências disciplinares; Calendário Escolar; Cardápio; Biblioteca.

Os Colégios Militares Estaduais de Goiás oferecem um portal e um aplicativo para acompanhamento pedagógico do aluno: conferência de notas, boletim, falta e ocorrências disciplinares, calendário anual, horário de aulas, cardápio do lanche. De acordo a funcionária do CEPMG que ajudou essa pesquisadora na busca por documentação, do setor administrativo, GR-8 é um aplicativo que pode ser baixado pelo play store, sendo que ele é pago pela associação de pais e mestres. Todos os Colégios Militares possuem uma associação de pais e mestres onde o aluno/pai é associado ou não e efetua uma contribuição mensal para a manutenção deste sistema de gestão escolar. Hoje, no Colégio, é cobrada no valor de R\$ 50,00 e a partir de 2023 será R\$ 70,00. Os pais têm acesso a todo acompanhamento do aluno, nota, falta, ocorrência. Pelo sistema a associação de pais e mestres também realiza todo o controle financeiro do colégio, efetua a entrada e saída de notas fiscais e toda entrada de dinheiro. O GR8 é um aplicativo completo de Gestão Escolar.

Este sistema em que é possível acompanhar as atividades do estudante e também outras atividades da escola é comum em todas as unidades do CEPMG, que funcionam com uma metodologia disciplinar voltada para o acompanhamento do aluno; sistema semelhante ao estímulo e resposta utilizados na teoria behaviorista ou comportamental desenvolvida por Skinner (SILVA, 2009). Esta pontuação é avaliada juntamente com as notas obtidas em cada matéria escolar para a premiação do alamar¹¹, condecoração que se assemelha as medalhas militares penduradas nas fardas. Uma solenidade que ocorre em todos os CEPMG e foi implementada em Ipameri-GO a partir do ano de 2019, passando a ser realizada no final de cada bimestre. Essa realização cerimonial, de várias maneiras, deixa os alunos mais motivados e

¹¹ Peça de uniforme militar constituída de cordões entrelaçados, usada em certas corporações pelos oficiais de estado-maior e ajudantes-de-ordens. O alamar é o um dos símbolos da meritocracia dos Colégios Militares. É conquistado pelo aluno que obtiver média igual ou superior a 8 em todas as disciplinas.

mais participativos para obterem notas e, consequentemente medalhas, incentivando os estudos para que consigam se destacarem na hierarquia escolar – que será explicada mais adiante. Começaram a serem introduzidos no Colégio; aos poucos; os cargos de comando existente entre os alunos, como: chefe de turma, subchefe e chefe geral. Funções que podem ser descritas, segundo Silva (2009) como:

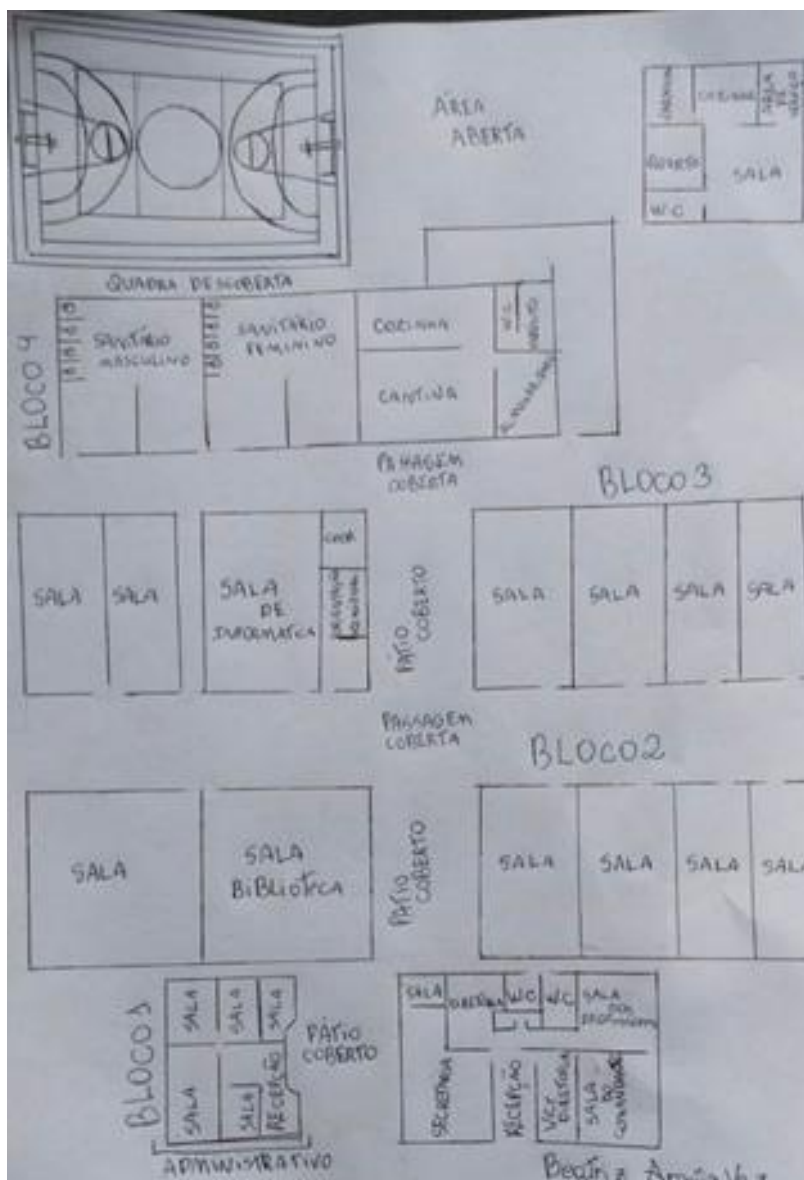
Chefe de Turma, um aluno ou aluna que tem autoridade sobre os demais da sua sala, é responsável pela disciplina de classe; Subchefe, responsável pela limpeza da sala e pelo estoque de giz que ele deve buscar para o professor; Chefe Geral comanda todo o corpo de alunos do seu respectivo turno, é o auxiliar da Coordenação Disciplinar e pela chamada geral dos alunos, e é superior a todos eles. (SILVA, 2009, p. 19-20).

Esta é uma das posições que cada aluno ocupa por um tempo determinado, seguindo uma escala de serviço. Em 2018 os alunos foram apenas instruídos e treinados para saber exercer cada função, de forma que todos estes cargos de comando pudessem ser exigidos em 2019, quando se encerrou o processo de adaptação. A hierarquização dos alunos apresenta algumas vantagens como o incentivo para a melhoria e maior interesse pelos estudos, porém, de uma forma geral pode provocar vários conflitos internos entre os alunos por disputa de poder, além de gerarem uma competição que pode ser não saudável para os participantes, afinal a hierarquização quebra aquilo que é importante na escola pública o respeito às diferenças e a igualdade, hierarquizar significa colocar um mesmo aluno acima do outro, com autoridade sobre o outro. Agregado a isso temos também os que não possuem a formação necessária para terem postos de alta escala e são tratados como minoria, podendo gerar bullying, desânimo e até a desistência do aluno pelos estudos. Outro fator a se destacar é a falta de maturidade dos alunos ao lidarem com hierarquia com pouca idade, o que pode gerar graves consequências para a vida deles.

Sobre a estrutura física, quando os policiais militares chegaram ao Colégio ocupavam uma sala no mesmo setor que a administração pedagógica, onde se localiza atualmente a Secretaria. Na metade de 2019 ganharam um local separado, se mudando para o setor ao lado, no local onde se localizava a biblioteca. Considerando que a escola atualmente é composta por quatro blocos que se estruturam da seguinte maneira: ao adentrar o portão nos deparamos com um bloco à esquerda com as salas dos policiais militares. A figura 01 é referente a estrutura da escola, desenhada pela aluna Beatriz Araújo Vaz¹² conforme a planta do Colégio:

¹² Beatriz Araújo Vaz aluna do 9º Ano do CEPMG José Pio de Santana. Desenho feito no dia 24 de novembro de 2022.

Figura 01 – Gravura do CEPMG José Pio de Santana



Fonte: Aluna Beatriz Araújo Vaz (2022).

No mesmo alinhamento à direita está o bloco com a administração pedagógica, a secretaria, a parte financeira, sala da coordenadora pedagógica e a sala dos professores e o bloco administrativo localizado à esquerda, onde os militares auxiliam no controle e observação de fluxo de movimento dentro da unidade e auxiliar a parte pedagógica. Em seguida se encontra outro bloco a esquerda, onde se localiza a biblioteca e duas salas de aula. No mesmo alinhamento à direita se encontra um bloco com quatro salas de aula. Adentrando ainda mais no bloco a direita se localiza o laboratório de informática e o depósito de limpeza. A esquerda está outro bloco com mais quatro salas de aula. Chegando a um último bloco a frente onde se localiza a cantina, os banheiros e os vestiários. Nos fundos deste bloco está uma quadra de

esportes. Já o pátio da escola é coberto e está situado entre os três conjuntos de blocos. Os militares têm a sala separada e só frequentam a sala dos professores se forem chamados para alguma situação específica, fora isso ficam cada um em suas respectivas salas. Em se tratando dessa divisão na estrutura a professora B ressalta que:

Os militares têm uma sala reservada para eles, a relação deles com a gestão pedagógica é tranquila. Eles contribuem no momento específico e eu percebo uma relação harmônica, respeitam as decisões tomadas pelo grupo pedagógico, também a relação deles com os pais e com os alunos é harmônica. (PROFESSOR B, entrevista realizada no dia 27/03/2022, às 10h34).

Podemos perceber como a professora B tem uma visão diferente de todo o ocorrido, que apesar da boa relação eles respeitam as decisões tomadas. Ressaltando também que no capítulo a seguir teremos entrevistas de mães de alunos que divergem totalmente sobre essa harmonia que os professores afirmam ter. É possível reafirmar que a gestão militar do colégio não está relacionada ao processo de ensino/aprendizagem; por isso as decisões são de total autonomia do grupo pedagógico.

Segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP, 2018 p. 12) Área da escola: 2.016 metros quadrados no total; Distribuição do espaço físico 10 salas de aula, 01 secretaria, 01 biblioteca, 01 almoxarifado, área de recreação, 01 cozinha, sanitário masculino (01) e sanitário feminino (01) para os alunos, 01 sanitário para funcionários e 01 sala para professores e coordenação. Com os serviços públicos de que dispõe – sistema de água encanada (SANEAGO), rede de esgoto, coleta de lixo feita pela Prefeitura Municipal, energia elétrica (CELG), Telefone Público (Brasil Telecom). Jardinagem, área de convivência, sendo que a Unidade Escolar tem como mantenedora a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás e o Comando de Ensino da Polícia Militar de Goiás.

Segundo o projeto Político pedagógico da escola (PPP, 2018 p. 14) a missão do colégio é promover ao aluno acesso ao conhecimento sistematizado e, a partir deste, a produção de novos conhecimentos. Estas competências gerais se articulam aos direitos de aprendizagens e desenvolvimento na Educação e são o alicerce das competências específicas de área e de componentes; assim como dos objetivos de aprendizagens e desenvolvimento e das habilidades. Em se tratando das normas e orientações que determinam a conduta dos sujeitos, o CEPMG possui Regimento e Regulamentos próprios que funcionam como leis dentro das instituições, como afirma Santos (2016, p. 52)

Há um regimento e três regulamentos comuns aos colégios e estão todos disponíveis nos sites das escolas. O primeiro é o Regimento Interno, o segundo é o Regulamento

de Continência, em seguida, há o Regulamento Disciplinar e, por último, o Regulamento Uniforme (SANTOS, p. 52, 2016)

Sendo que com relação ao ensino, de acordo com Regimento interno do Colégio estabelece em seu artigo 4º:

O ensino ministrado será baseado: na Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, dentro das normas previstas neste Regimento; Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; Respeito à liberdade e apreço à tolerância; Valorização do profissional da educação escolar; Garantia de padrão de qualidade; Valorização da experiência extraescolar; Vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; Gestão democrática do ensino público, na forma da lei e da legislação do ensino deste CEPMG (GOIÁS, 2017, p. 1-2).

É notório que os princípios estabelecidos no Regimento Interno se referem à direitos já antecipadamente garantidos na Constituição Federal de 1988. Em contrapartida, cabe ressaltar o trecho da citação acima “dentro das normas previstas nesse regimento” foi utilizado para considerar que nos Colégios Militares existem regras e regulamentos que se diferem dos demais colégios públicos. Ao verificar o documento, percebemos que ele institui as regras e condições para o funcionamento de todas as esferas e assuntos dos colégios frisando para os direitos e deveres. Tais elementos estão presentes no texto com as orientações sobre as condutas, as sanções, as práticas e afins. Contrapondo estes princípios o que podemos notar com a leitura dos documentos vinculados ao regimento é que eles não reproduzem exatamente as ideias formadas ao DC-GO. São contraditórios ao exporem elementos de ordem, regras, disciplinas.

O cumprimento de todas essas orientações é supervisionado pelos policiais militares existentes na escola, pois dentro da instituição escolar os militares são responsáveis por cuidar de questões disciplinares dos alunos, como: a disciplina durante as aulas, o comportamento no intervalo e no momento da formação no pátio, a pontualidade no horário de chegada. Para isso contam com câmeras que auxiliam os professores quanto à disciplina dos alunos na sala de aula e verificam a postura dos professores na sala de aula. Em uma visão geral do processo de ensino-aprendizagem podemos destacar que os professores são vigiados e até censurados ao ensinarem seus conteúdos aos alunos, o que os deixam completamente vulneráveis sob a supervisão dos militares, assim como os alunos.

Há também o cuidar da disciplina no pátio, além da gerência do sistema GR-8. Não interferindo em questões pedagógicas ou em metodologias de ensino, que ficam sob responsabilidade dos profissionais que administram a parte pedagógica da escola. Sendo assim a professora A ressaltou que:

Quando ocorre algum problema em sala de aula, eu como docente da sala tenho autonomia para resolver com o aluno da melhor forma possível. Caso o assunto não seja resolvido, nos professores podemos encaminhar o aluno para a sala de comando ressaltando o porquê do aluno está se ausentando da sala de aula para que seja resolvido lá, juntamente com os militares. Existe um local específico na sala de comando onde os militares podem resolver a questão. O aluno só sai de sala se realmente o problema não for resolvido por nós, sendo que é feito de tudo para que o ele não se ausente da sala. (PROFESSOR A, entrevista realizada no dia 12/07/22, às 18h).

O professor corrige a indisciplina do aluno, afinal é sua responsabilidade pedagógica, caso assim não solucione o problema todas as atitudes, gestos e comportamentos disciplinares indesejados são advertidos e punidos pelos gestores militares mediante respaldo do Regimento Interno do CEPMG. Este documento junto com os demais regulamentos, em 2019, passou a ser entregue aos alunos no momento de seu ingresso no colégio, para que todos os alunos tomem conhecimento e se adequem as normas exigidas pela instituição, pois como descreve Alves; Ferreira (2018) “caso o estudante não se adapte ao modelo militar de educar, pode vir a ser convidado a se retirar da unidade escolar militar por meio do conselho disciplinar, que avalia a permanência ou não do aluno na unidade”. (FERREIRA, 2018, p. 6).

No entanto, tal reação mesmo diante do Regimento e Regulamento do CEPMG não foi recebida de forma drástica pelos professores, mas sim um sentimento de apreensão sobre como seria a partir daquele momento, para a professora A:

Quando ficamos sabendo de iria mudar para o processo de militarização, no momento todos ficaram apreensivos porque era uma novidade ninguém sabia como seria. Tudo que é novo causa certo desconforto, mas assim que efetivou foi muito bem acolhido e muito bem recebido, porque possui um regimento interno e as normas a serem seguidas são bastante interessantes na parte disciplinar. (PROFESSOR A, entrevista realizada no dia 12/07/22, às 18h).

A implementação do modelo militar em Goiás enfrentou muita resistência por parte dos pais/responsáveis, como Alves; Ferreira (2018, p. 6) afirmam “aqueles que discordavam do modelo ou que não tinham condições financeiras de manter os filhos no colégio militar acabaram procurando outra unidade escolar, de modo a abrir vagas para os pais/responsáveis favoráveis a esse modelo de ensino”. Em Ipameri não foi diferente, pois muitos alunos e/ou seus responsáveis que não tinham condições de comprar o uniforme e/ou não conheciam ainda esse modelo de gestão escolar escolheram pedir transferência da escola antes mesmo de sua mudança no final de 2017, segundo os professores A e B. Esse fato continuou a ocorrer durante todo o ano de 2018, apesar de pais/responsáveis e alunos participarem de constantes reuniões fornecidas pela gestão do colégio para explicar sobre o funcionamento do modelo militar, se normalizando somente em 2019. No entanto, cabe salientar que a notícia da implementação de

um colégio militar na cidade foi muito bem vista pela população de acordo com a afirmação da professora B:

A comunidade toda ficou bastante satisfeita com a notícia, os pais eram os que mais desejaram a escola nesse formato de militar buscando um melhor aprendizado para os filhos. E como professor (a) eu me lembro bem a maioria dos alunos passaram para colégio militar, porém teve alguns casos específicos em que alunos que moravam em fazenda quiseram estudar em outros colégios. (PROFESSOR B, entrevista realizada no dia 27/03/202, às 10h34).

Em contrapartida também, houve a inserção de outro público que via no modelo militar uma forma de melhoria na qualidade da educação fornecida ao indivíduo, como aponta Alves & Ferreira (2020).

Atribuem a permanência no colégio à qualidade da educação ali oferecida, ao ensino rigoroso, à segurança, à disciplina, ao ensino de regras, à cultura do patriotismo e também à possibilidade de um “*ensino melhor*” e de um “*futuro brilhante*” para seus(as) filhos(as). (Alves; Ferreira, 2020, p. 6).

Dentre estes estavam alunos originados de outras escolas e de outras cidades vizinhas como Campo Alegre de Goiás, bem como alguns alunos da rede particular de ensino, cujos pais/responsáveis intencionavam deixar de pagar caras mensalidades, o que pesa no orçamento de muitas famílias e continuar obtendo uma educação semelhante ao que tinham na rede particular para seus filhos. Com relação aos casos de matrículas dos alunos oriundos de escolas particulares, a professora A enfatiza a questão do momento em que passamos durante a pandemia em que:

Com a crise da pandemia muitos pais não tiveram condições de pagar escolas particulares, muitos alunos de escolas da cidade de alto custo migraram para o colégio militar. Muitos pais ficaram sem trabalho na pandemia e não tiveram condições financeiras de manter seus filhos, hoje a escola militar recebe esses alunos (PROFESSOR A, entrevista realizada no dia 12/07/22, às 18h).

Constata-se que um dos motivos da permanência ou não do aluno no Colégio muitas vezes perpassa pela condição dos pais em custear gastos, tais como: o uniforme considerado caro e a contribuição de um valor por mês que varia em cada unidade do CEPMG. Em Ipameri essa contribuição é no valor de R\$50, em outras escolas públicas não é cobrado nada dos alunos. Fatores que provocam certa exclusão de alunos oriundos das famílias carentes da cidade, além do que o perfil dos alunos do colégio é de classe média baixa, muitos não têm condições de pagar essa taxa. Vale ressaltar que por ser um colégio público o fato de os pais precisarem

adquirir os uniformes e precisarem pagar essa taxa, que segundo dados recolhidos na pesquisa, é uma verba recolhida exclusivamente para pagar o GR8 causa certa estranheza e exclusão de possíveis alunos. Diante disso, podemos observar na entrevista da professora B que este foi um item que pode ser evidenciando durante a transição:

Em relação às mudanças, antes do colégio militar eu percebia a presença de uma camada da população mais voltada para pessoas carentes da periferia da cidade e de vários bairros. Quando ocorreu o processo de militarização, digamos que os alunos foram mais contemplados. Muitas pessoas aqui da cidade que possuem uma qualidade de vida melhor, colocou seus filhos para estudar no colégio. (PROFESSOR B, entrevista realizada no dia 27/03/2022, às 10h34).

Assim, pode-se observar que entre os anos de 2017 e 2019, a escola tomada como campo para a pesquisa, passou por um processo de militarização, que alterou seu corpo docente, bem como o quadro de alunos matriculados na instituição. Por isso, o interesse em estudar o período de transição do colégio para a gestão militar. Considerando que este modelo militar trouxe disciplina aos alunos, proporcionando maior credibilidade para o colégio, que se destacou no município, pela sua organização capaz de fornecer um ensino de qualidade. Vale destacar aqui que esta escola já havia sido estudada anteriormente pela pesquisadora, sem militarização. Antes dessa militarização, conforme citado pela professora B acima, a escola contava com um público mais periférico, o que, infelizmente, mudou após o processo já que a classe alta e a classe média apresentam grande interesse dos filhos estudarem em colégios militares, tanto pela formação pedagógica quanto pela disciplina e rigor ao cumprir regras. Essa mudança de público é mais um ponto fraco da militarização do colégio.

Os professores entrevistados atualmente já estão de acordo com a militarização da escola. Muitos deles afirmam que seguir regras e manter a disciplina é mais fácil agora com a militarização do Colégio. Além disso, perdia-se muito tempo até que conseguiam controlar os alunos; não sendo uma questão dos professores se sentirem inseguros e sim a falta de respeito dos alunos para com seus professores, fato que, atualmente, não ocorre mais. Porém, do campo de visão do ensino/aprendizagem e também do processo de emancipação dos alunos é extremamente arriscado dizer que a militarização foi totalmente positiva e produtiva em Ipameri. Primeiro pela falta de democracia entre ensinar e aprender com a participação do aluno; segundo pelo fato de que aluno vigiado não se sente capaz de atingir seus próprios objetivos por insegurança, destruindo assim o poder de emancipação e senso crítico que os alunos deveriam adquirir ao longo da formação escolar.

1.3 Caminhos metodológicos

Como metodologia no desenvolvimento deste trabalho foi realizada a pesquisa de campo, visitando o colégio observando os alunos e o comportamento escolar deles. Uma ressalva importante mostra que o desenvolvimento dessa pesquisa foi totalmente alterado pela pandemia da Covid-19. Os primeiros relatos de casos de SARS-CoV-2 surgiram no fim de 2019 na cidade de Wuhan, na China, surgindo assim, o primeiro caso de uma doença respiratória causada pelo Coronavírus, da síndrome respiratória aguda grave. A priori, pensavam em se tratar de um problema local, porém em março de 2020 a contaminação mostrava os seus efeitos na Europa e nas Américas. Assim, o vírus já havia se disseminado globalmente, levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a anunciar a pandemia (PORTAL BUTANTAN, 2022).

No Brasil, o primeiro caso foi diagnosticado em fevereiro de 2020. Declarada a pandemia pela OMS o isolamento social foi apresentado como a mais eficiente estratégia para enfrentar o vírus, e assim reduzir o andamento de sua propagação e consequentemente salvar vidas. As fronteiras entre os países foram fechadas, as atividades comerciais, espaços de lazer, escolas e universidades foram suspensas. Com todos esses critérios tudo mudou radicalmente o cotidiano de nossas vidas (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020).

Diante disso, os comércios, as escolas, as atividades físicas, culturais, os contatos, as conversas e os afetos entre os entes queridos tiveram que ser interrompidos. Os aeroportos foram fechados, os transportes públicos pararam, as viagens e os passeios foram paralisados. As atividades escolares tiveram que ser bruscamente suspensas. O medo a angústia foi aumentado no mundo (HARARI, 2020).

Como forma de amenizar o distanciamento social no pico da pandemia, foi necessário mudar a forma de se relacionar, foram surgindo as *lives* de artistas, *lives* do comércio e como não destacar que o ensino agora seria também à distância. Os alunos e professores tendo que se adequar a essa nova forma de ensino, sendo apresentada uma infinidade de atividades escolares online promovidas por professores que realizaram suas transmissões online por meio de seus canais, plataformas ou redes sociais digitais. Dessa forma, o cotidiano de ensino e aprendizagem foi mantido sendo que os professores apresentavam tarefas escolares online aos alunos que não puderam frequentar as escolas e universidades. Assim, consequentemente tivemos que nos adequar a esta nova forma de ensino, professores tiveram que recriar metodologias ativas mais sedutoras e desenvolvendo ambientes digitais mais amigáveis e com interações crescentes para que os alunos tivessem interesse e consequentemente que o ensino/aprendizagem fosse eficiente para aquele momento.

Minha aprovação na 7ª turma do Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado Profissional da Universidade Federal de Catalão Mestrado de Pós-Graduação da Universidade Federal de Catalão PPGH-MP UFCAT/RC em 2021 se deu em meio a uma explosão da pandemia do Covid-19 que atingiu no mundo inteiro. Diante tanta mudança de hábito e nova forma de viver, nos deparamos cidades fechadas em *lockdown*, vários decretos decidindo o que nos era permitido ou não, comércios fechados e como consequência muitas pessoas desempregadas, perda de entes queridos e também com alunos passando para um novo método de ensino, o *online*, enfim, dessa forma a elaboração caminhou juntamente com os desdobramentos desse processo e com a implantação de novas medidas, programas e projetos no setor público e privado em geral, modificando sua estrutura e sua concepção de política social.

Durante esse período tivemos que nos adaptar e não foi fácil. Muitos desafios foram surgindo como a ausência dos professores em sala de aula que se adaptaram às novas exigências sanitárias e, vários desafios psicológicos que muitos enfrentaram. Enfrentei algumas dificuldades durante esse percurso da conclusão das disciplinas pelos conteúdos on-line. Com a mudança da pesquisa e o isolamento social novas perspectivas apareceram. A problemática proposta, então, para este novo trabalho foi: Quais são as consequências da implementação desse modelo de ensino público na cidade de Ipameri-GO? Levando em consideração qual a visão dos professores, pais/responsáveis e alunos sobre as mudanças que foram ocorridas na escola e de que forma esse novo modelo de gestão tem para colaborar na educação, disciplina e no desempenho escolar dos alunos? Esse modelo de escola colabora, ajuda com os alunos? Diante desta perspectiva buscamos a compreensão sobre sua implantação e suas implicações e transformações ocorridas na organização do trabalho pedagógico após sua implementação com recorte temporal 2017 a 2021.

Educar um cidadão é um conceito muito trabalhado por vários estudiosos e apresenta uma incrível complexidade. Ao longo das décadas, o educar/ensinar se transformou significativamente, novos conceitos foram introduzidos no “como educar de maneira correta”, vários outros conceitos foram acrescentados e, autores como Carvalho (2011) caracterizam o ensino “como uma atividade cujo propósito é a realização da aprendizagem, sendo praticado de maneira a respeitar a integridade intelectual do aluno e sua capacidade de fazer juízos independentes”. (CARVALHO, 2011, n. p.).

Ainda segundo Carvalho, o ato de ensinar é gigante e não se resolve com emprego de técnicas e regras neutras, válidas para todos, em qualquer lugar, idade ou situação. Por isso, a classificação de uma ação como ensinar não é possível a partir da simples definição de um

anexo de fórmulas diretamente observáveis, ou seja, “o que faz de um gesto, de uma palavra ou observação crítica um ato de ‘ensino’ é seu propósito de produzir a aprendizagem e o contexto que o justifica, nunca uma técnica ou prática isolada” (CARVALHO, 2011, n. p.).

Durante a pesquisa tudo foi observado. A chegada dos alunos que chegam tanto da cidade de transporte próprio como da zona rural, através do transporte rural; os alunos que precisam de auxílio; que inclusive o colégio conta com pessoas para ajudá-los constantemente, o corpo docente, os espaços físicos e vários outros detalhes que serão colocados neste trabalho. Assim que os alunos chegam e fazem à Ordem Unida¹³ e só depois vão pra sala de aula. Os alunos adentram no colégio às 7 horas e finalizam os estudos às 12 horas. Cada grupo gestor tem sua sala para realização de suas funções que serão detalhadas a seguir. Foram escolhidos para entrevista cinco professores – apenas duas aceitaram dar entrevista; alunos, ex-alunos e pais da unidade escolar. Assim inicia-se, então, a discussão com Meihy; Holanda (2007) que nos lembra que:

A história oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. [...]. Não se trata apenas de um ato ou procedimento único. História oral é a soma articulada, planejada, de algumas atitudes pensadas como um conjunto (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 15).

Assim pode-se dizer que a História oral é a união bem estruturada, criadas de várias ações imaginadas como um todo. Foram adotados como procedimentos para todos os entrevistados primeiramente o convite via telefone, enviados para quatro professores, dos quais somente três aceitaram conceder a entrevista. No decorrer do processo apenas dois professores me receberam para realizar a entrevista. A terceira desistiu. A entrevista foi realizada na casa de cada entrevistado para eles sentirem-se à vontade. Esta é uma forma de pesquisa que resgata o modo de vida ou as experiências de um determinado grupo de pessoas sobre um mesmo fato, no passado ou no presente, com o intuito de estudar o assunto através de diferentes percepções. A esse respeito Alberti (2006) afirma que:

Uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas. [...] entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas. (ALBERTI, 2006, p. 165).

¹³ A ordem-unida é uma formação habitual de marcha, de parada ou de reunião dos componentes de uma tropa, que observa as distâncias e os intervalos estabelecidos.

Desta forma pode-se falar que a história oral aceita o conhecimento de várias formas, compreendendo pessoas e grupos que analisam questões, interpretações sobre o passado. Na pesquisa realizada entre o grupo docente foram identificadas percepções diferentes, cada um possui um ponto de vista sobre a militarização do colégio.

Podemos nos aproximar do objeto de estudo, pois a entrevista abre novas possibilidades de interpretação dos fatos pelo historiador, como menciona Thompson (1992) “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história [...] transformando os, ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’”. (p. 137). Nesse sentido, Meihy e Lang (2004) mostram que a história oral já conquistou seu espaço, sua proposta aderiu sua validade e competência no contexto histórico. A história oral visa novas perspectivas de compreensão e de experiências adquiridas em sua trajetória. Meihy e Lang (2004) afirmam:

A história oral já não tem que lutar constantemente para reivindicar um espaço no âmbito das ciências sociais, pois sua proposta metodológica adquiriu validade e competência; entretanto, o que ela pretende atualmente é mostrar sua potência, sua riqueza, suas dúvidas, seus problemas, seus desafios e seus resultados. A história oral não é aquele caminho que mal se avista, com todo um horizonte a ser percorrido. Agora já existe um trabalho e uma experiência acumulada, a partir da qual é necessário examinar o caminho percorrido, antes de pretender seguir adiante. (MEIHY & LANG, 2004, p. 18).

Porém, ao usar a história oral como fonte o historiador deve ter em mente, segundo Meihy e Lang (2004, p. 15), que envolve a necessidade de se planejar o trabalho com a oralidade, principalmente planejar as entrevistas, seguir um roteiro previamente estabelecido de maneira que padronize os passos da pesquisa e facilite a comparação no momento de análise dos dados coletados, como descreve os autores:

O entrevistador deveria usar um questionário consistente e cuidadosamente estruturado de modo a facilitar a análise comparativa; ele, ou ela, deveria controlar o enfoque e o fluxo da entrevista, mantendo, porém, uma presença neutra e objetiva, evitando, assim, afetar adversamente as histórias contadas; deveria conduzir entrevistas individualmente e fazer o mínimo de interrupções possível (ALBERTI; FERREIRA; FERNANDES; 2000, p. 48).

Dessa forma, valoriza a descrição simples dos fatos, que ocorre através da narração das experiências que o indivíduo possui sobre o passado. Uma forma do pesquisador desconstruir ou validar a realidade dependendo da linguagem (narrativa) ou contexto Histórico específico utilizado (BARCA, 2001). O pesquisador, quando for realizar as entrevistas, tem que ter cuidado na hora de entrevistar as pessoas. Organizar um roteiro para entrevista, produzir

elementos e instrumentos para se ter o controle e o acompanhamento necessário para a entrevista, pois par Alberti (2006):

É na realização de entrevistas que se situa efetivamente o fazer história oral, é para lá que convergem os investimentos iniciais de implantação do projeto de pesquisa, e é de lá que partem os esforços de tratamento do acervo. Essa etapa deve ser objeto de todo cuidado e dedicação da parte dos pesquisadores. Isso significa investir seriamente na elaboração dos roteiros, produzir os instrumentos de controle e de acompanhamento da entrevista, cuidar da carta de cessão de direitos do depoimento e, principalmente, ter consciência da especificidade da relação que se estabelece com o entrevistado. (ALBERTI, 2004, p. 46)

Assim, é importante realizar uma discussão sobre a utilização desse tipo de documentos. Nesse aspecto, Vilar (2014) enfatiza que:

As fontes escritas ainda são as mais comuns no estudo da História, e de certa forma as com mais clareza de entendimento, pois as fontes materiais não escritas e as fontes imateriais cobram do historiador ou do pesquisador um nível mais apurado de atenção e abstração, elas são mais subjetivas, pois em alguns casos é preciso ter uma capacidade de raciocínio de se enxergar além do visível, ou seja, ver para além do que está palpável ou impalpável diante de si. (VILAR, 2014, n. p.).

Aderindo também ao estudo da História Oral cujo intuito foi recorrer a pessoas que participaram ou testemunharam o fato. Sendo está uma forma de pesquisa que buscou resgatar o modo de vida ou as experiências de um determinado grupo de pessoas sobre um mesmo fato, no passado ou no presente. Tal perspectiva é acentuada por Meihy; Lang (2004, p. 12-12)

Quando se procede à reflexão sobre o “outro” pela história oral, passa-se do nível da observação para o nível analítico. Aliás, é para controlar o teor emocional e para possibilitar diálogos com outros estudos afins e critérios intelectuais estabelecidos que o “rigor acadêmico” se coloca e justifica no uso da história oral. (MEIHY & LANG, 2004, p. 12).

Para estudo desta pesquisa a história oral entrou como uma metodologia a ser adotada, pois influenciou diretamente sobre o seu andamento. Portanto, cabe assinalar sobre a história oral que, de acordo com a autora Alberti (2006):

a história oral tem uma natureza específica que condicional as perguntas que o pesquisador pode fazer. Em se tratando de uma forma de recuperação do passado conforme concebido pelos que o viveram, é fundamental que tal abordagem seja efetivamente relevante para a investigação que se pretende realizar”. (ALBERTI, 2006, p. 31).

Diante este contexto, é este sentido que foi almejado para a pesquisa, compreender quais foram às implicações da implantação da escola na cidade e que os entrevistados resgatem memórias através de suas narrativas sobre como vivenciaram tal mudança. Assim, adotamos como procedimento a entrevista semi dirigida, que usa o questionário apenas como suporte para evitar que o entrevistado fuja do tema proposto para a entrevista. Uma forma de dar maior liberdade para que o sujeito possa contar a história e expressar sua opinião sobre o assunto perguntado. Para isso, Portelli (2010, p. 186) ressalta que:

Os narradores articulam memória, avaliação e relatos em diálogos com entrevistadores que estão tentando reconstruir uma estrutura mais ampla. Assim, convidam-lhes a focalizar o encontro entre a história e suas vidas, entre mundos privados e eventos de interesse geral. A história oral também é uma oportunidade para narradores relativamente obscuros serem canonizados no discurso público: um relato público realizado por pessoas que raramente têm a oportunidade de falar publicamente”. (PORTELLI, 2010, p. 186).

Ao interpretar um fato o historiador apresenta uma tendência relativista que caminha em busca da verdade objetiva da História, procurando ser o mais neutro possível. Trata-se de um sonho inalcançável, mas que deve ser almejado (BARCA, 2001). Há de destacar também que, segundo Portelli (2010):

Os sujeitos da entrevista, portanto, compartilham um espaço narrativo e um espaço físico – e é isso o que a torna possível. Mas o que a torna significativa é que existe também um espaço entre eles, ocupado e representado pelo gravador ou pelo bloco de anotações. A entrevista, antes de mais nada, é um confronto com a diferença, com a alteridade. (PORTELLI, 2010, p 213).

Neste sentido, Portelli (2010, p. 20) salienta que a entrevista como “uma troca de olhares. E bem mais do que outras formas de arte verbal, a história oral é um gênero mutável, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo”. Durante as entrevistas pode-se falar que o entrevistado se sentiu inseguro, porém o entrevistador tem que estar seguro para passar segurança ao outro e conseguir que o entrevistado lhe passe as informações concisas. Nesse momento ver a confiança na troca de olhares e na forma de conversar. E, dessa forma é necessário que o pesquisador tenha certa experiência na manipulação de uma entrevista, para poder editá-la de maneira que deixe vir a público apenas as partes mais relevantes para a pesquisa científica. Sempre confrontando os documentos escritos com as fontes orais buscando atribuir um caráter imparcial diante os fatos.

A partir desse pressuposto de que não se deve considerar a transcrição da entrevista na íntegra como mera repetição, verificamos que a transcrição literal da entrevista é um mito, pois

é impossível transcrever todas as passagens de sons capturados durante uma entrevista. Além do que, uma entrevista editada proporciona a construção de textos claros e diretos, que analisam com precisão as falas do entrevistado, intermediando somente em momentos adequados para a reconstrução da história (MEIHY & HOLANDA, 2007).

Para Portelli (2010 p. 35) “a história oral é uma arte que requer vários sujeitos, para os quais a diferença é tão necessária quanto à consonância. Muito da dramaticidade e da eloquência da entrevista derivam da consciência da separação e da diferença que existe entre nós”. Já o momento da transcrição da entrevista, também, requer que o pesquisador siga algumas regras. Assim, apontamos que as perguntas foram elaboradas de acordo com os objetivos propostos com esta pesquisa, o arquivo completo de perguntas encontra-se nos anexos deste trabalho.

O conhecimento teórico adquirido ao logo desse tempo foi relevante para assim poder compreender e analisar as respostas. Sendo que as questões da pesquisa foram selecionadas de modo a atingirem os objetivos a serem alcançados nesse trabalho, tendo como base também o conhecimento teórico. Nesse sentido, este trabalho procura elucidar alguns pontos como: quem e como vivenciaram/vivenciam essa mudança; como agem diante do surgimento de problemas com alunos no colégio; como era a rotina com a presença de militares; se estudavam na unidade por vontade própria ou por vontade familiar; qual era o perfil dos alunos que continuaram na unidade após a implementação do modelo militar de gestão e dos novatos; como era a rotina antes da chegada dos militares; se os alunos se sentem vigiados coibidos de algumas ações e falas por medo dos militares. Todos esses questionamentos serão percorridos no capítulo seguinte.

Além disso, muito conteúdo foi pesquisado sobre a implantação de Colégios Militares em Goiás, sendo dessa forma, a pesquisa documental ocorre por meio da investigação de fontes escritas, que podem possuir características “primárias” ou “secundárias”, como menciona Gil (2008, p. 51)

Os documentos de primeira mão, são os que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas. (GIL, p. 51, 2008).

Porém, para o estudo de qualquer documento se faz necessário um conhecimento prévio sobre o tipo de coleta de dados que foi realizado ao longo da pesquisa, considerando que o presente trabalho fez uso de documentos secundários, tais como: os livros que contém os dados

de matrículas e frequência de cada aluno, que se encontra disponível na Secretaria do CEPMG, pois de acordo com Bacellar (2005, p. 31):

Quando preservadas, as séries de livros de matrículas e frequência de alunos nas escolas públicas é bastante interessante. [...]. Seria possível, a princípio, acompanhar, por esses livros, a possibilidade de acesso das crianças negras e imigrantes ao ensino, bem como a permanência das crianças no ensino, ao longo dos anos (BACELLAR, p. 31, 2005).

Dentro deste trabalho também consta dados de outra pesquisa da autora já que ao realizar a matéria de Projeto de Pesquisa ministrado pela profa. Luzia, em 2021, foi realizado um levantamento sobre a evasão escolar no CEPMG que teve como recorte temporal o Ensino Fundamental II, que corresponde as turmas do 6º ao 9º Ano, no período entre os anos de 2017 e 2019. Este projeto foi realizado para compreender se houve uma maior ou menor evasão após a militarização. Até então buscava compreender a questão da evasão no Colégio no período de transição da escola para a gestão militar, pois buscava realizar uma análise qualitativa dos dados com o intuito de promover debates importantes sobre os índices de evasão escolar no CEPMG José Pio de Santana de Ipameri. Diante os dados apresentados, a profa. Dra. Luzia ressaltou algumas considerações que deveríamos investigar sobre o levantamento dos dados quantitativos de evasão para compreender melhor os motivos da evasão. Assim, inicialmente apontamos os dados quantitativos da evasão dos dois turnos. No turno matutino podem ser observados na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2: Evasão Escolar do Ensino Fundamental II – Matutino

Evasão Escolar do Ensino Fundamental II – Matutino			
Aluno/Ano	2017	2018	2019
Deixou de Frequentar	1	4	5
Transferido	18	44	26
Normal	128	251	306
Total de Matriculados	147	299	337

Fonte: própria autora.

Ao analisar os dados dos relatórios de quantitativos de alunos dispostos na Tabela 2 foi possível perceber que no turno matutino houve maior transferência de alunos no ano de 2018, quando ocorreu a transferência da escola para o novo prédio e os alunos tiveram que começar a se adaptar à nova realidade escolar. Porém, pode-se constatar que houve matrículas de novos

alunos a partir de 2018, o que contribuiu para aumentar seu quadro de estudantes. Ocasão em que alterou os alunos que permaneceram matriculados na instituição. Agora, de acordo com os mesmos relatórios a **Tabela 3** apresenta os dados do turno vespertino, dispostos a seguir:

Tabela 3: Evasão Escolar do Ensino Fundamental II – Vespertino

Evasão Escolar do Ensino Fundamental II – Vespertino			
Aluno/Ano	2017	2018	2019
Deixou de Frequentar	4	4	3
Transferido	49	26	14
Normal	96	125	195
Total de Matriculados	149	155	212

Fonte: própria autora.

Ao observar os dados descritos na Tabela 3 foi possível validar que a quantidade de alunos transferidos foi maior no ano de 2017, período em que a escola ainda não tinha mudado de local. Por ser seu último ano no prédio antigo e haver constantes avisos aos pais da mudança iminente no próximo ano, muitos pais se anteciparam em pedir a transferência de seus filhos da escola. Porém, no período vespertino também se constatou um aumento nas matrículas de alunos nos anos 2018 e 2019, quando começa o processo de militarização na escola.

A transferência dos alunos durante o período de transição se deu por livre e espontânea vontade das famílias, alguns por morar nos bairros mais afastados do Colégio como a Vila Estrela, Vila Domingues e Enedina preferiram ir para o Colégio localizado no centro da cidade, tudo isso pela distância do Colégio Militar que seria implantado na periferia da cidade na saída de Goiânia-GO. Por ser longe muitas famílias não tinham condições de pagar pelo transporte.

Diante destas considerações conseguimos centrar as informações buscando responder as inquietações levantadas no início pela Professora Luzia sobre o número considerável de alunos transferidos. Realizado esse levantamento, então procurei me aprofundar em tais informações, não obstante na “evasão”, mas sim entender como os professores, pais/responsáveis e alunos vivenciaram o processo transição do colégio. Sendo assim, a professora A nos remete isso durante sua entrevista, em que:

A princípio eu, como docente, fiquei com certo medo, mas os militares não interferem na parte pedagógica, ela continua muito bem orientada pela Subsecretaria de Educação e pelos coordenadores, e os militares apenas nos ajudam com coisas que complementam a parte disciplinar. E com disciplina os alunos se concentram mais, eu

acho melhor trabalhar porque tem alunos de várias partes da cidade de Ipameri e os militares ajudam muito o aluno ter compromisso dentro da sala de aula; lógicos que tem as exceções daqueles que não prestam atenção, mas o aluno é mais comprometido dentro da sala de aula e com responsabilidades nos estudos. Os militares são de muito respeito e de muita pareceria, estão ali para dar suporte em caso de necessidades. Estão dispostos ajudar, sempre à disposição dos professores. (PROFESSOR A, entrevista realizada no dia 12/07/22, às 18h).

Diante disso, podemos verificar todo o sentimento que este professor vivenciou neste primeiro momento. Vale destacar também que todas as salas de aula possuem câmeras instaladas que, segundo as regras do Colégio é uma forma para auxiliar a parte da disciplina dos alunos. Alberti (2006, p. 167) afirma que “a memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade”. “E, porque a memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História oral”. Portelli (2010,) ressalta sobre a memória:

Os conteúdos da memória são evocados e organizados verbalmente no diálogo interativo entre fonte e historiador, entrevistado e entrevistador. Este assume um papel diferente daquele que em geral é atribuído a quem realiza pesquisas de campo: mais do “recolher” memórias e performances verbais, deve provocá-las e, literalmente, contribuir com sua criação: por meio da sua presença, das suas perguntas, das suas reações. (PORTELLI, 2010, p. 19-20).

Nesse sentido, isso nos possibilitou compreender como as pessoas e grupos vivenciaram o passado tornando possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e circunstâncias. No capítulo a seguir discorreremos diretamente sobre os relatos colhidos através de entrevistas para apresentar todas as mudanças ocorridas na militarização deste colégio, além de destacar diferentes pontos apontados por pais e docentes sobre esse processo.

CAPÍTULO II – O SURGIMENTO E AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO COLÉGIO ESTADUAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS JOSÉ PIO DE SANTANA

2.1 Apresentação do espaço – CEPMG José Pio de Santana

O Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás – José Pio de Santana está localizado na cidade de Ipameri, em Goiás, na rua Espírito Santo, sem número, Vila Souza, registrado sob o CNPJ 00.680.196 /0001-02, foi fundado em 30 de junho de 1995, e, após o ano de 2018 foi transformado em Colégio Militar. Segundo o regimento escolar da Polícia Militar do Estado de Goiás, sob o Comando de Ensino Policial Militar para todos os Colégios da Polícia Militar do estado de Goiás, no artigo segundo:

Os CEPMG são administrados pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) por meio do Comando de Ensino Policial Militar (CEPMG), a partir de seus comandantes e diretores, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação Cultura e Esporte, por força do Termo de Cooperação Técnico Pedagógico sob a circunscrição das Subsecretarias Regionais de Educação e doravante será regido por este Regimento Escolar. (GOIÁS, 2017, n. p.).

O PPP da CEPMG José Pio de Santana está de acordo com o Documento Curricular para Goiás Atualizado (2020), as Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás (2020-2022), BNCC para o Novo Ensino Médio, Regimento Interno do Comando de Ensino Polícia Militar (2020), Memorando Circular nº 80/2020 –GESG – 05716 e a Resolução CEE/CP nº 15, de 10 de agosto de 2020, Memorando Circular nº 2/2020 – CMDEPM – 10274, Nota Explicativa nº 05/2020COCP – CEE – 18461 – REANP – Educação Especial e, é uma exigência legal, expressa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, permite a revelação da identidade da Instituição, de suas concepções e de seus sonhos.

Além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e sua Proposta Pedagógica, documentos que são os balizadores das ações educativas. Ainda segundo o PPP, a trajetória da escola dentro da comunidade sempre foi prioridade nas decisões para sua formação, além de sua história e sua cultura, já que é fundamental garantir o sucesso dos processos formativos dos alunos. (PPP, 2021).

É válido destacar que a história de algo, no caso em específico aqui do CEPMG, é constituída tanto na experiência vivida lá, quanto na vida das pessoas; já que a história é

composta de ações dos seres humanos no tempo, dessa forma as ações de homens e mulheres no tempo fazem a história. Dessa forma, a história da militarização no colégio citado é também constituída pela mudança feita na vida das pessoas, podendo apresentar características individuais diferentes, positiva ou negativamente. (PPP, 2021)

Ainda segundo PPP da escola o objetivo sempre foi praticar a forma mais humana da educação, afinal “considerando-se a sua profundidade e a amplitude de sua influência na existência de homens e mulheres, mas nem sempre é vista sob esta ótica, pois a educação não é um problema isolado” (PPP, 2021), afinal ela está diretamente ligada à impasses econômicos, culturais e políticos. Porém, para despenhar essa função educadora o CEPMG José Pio Santa passa por diversas dificuldades, detalhadas na instituição:

O Colégio enfrenta muitas dificuldades entre elas: falta de participação da família no processo educacional; deficiência na aprendizagem dos alunos; falta de determinados profissionais (assistente social, psicólogos/as); falta de orientadores (as) as pedagógicos(as) serviços de orientação educacional) para realizar um trabalho de articulação entre os alunos/as visando melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem; os(as) alunos(as) da Rede Pública chegam ao Ensino Fundamental II, muitas vezes, despreparados para enfrentar o 6º ano; estranhamento dos(as) alunos(as) da Rede Pública dos 6ºs anos quanto ao número de professores(as); falta de informação dos pais; dificuldade dos(as) alunos(as) em escrita, leitura, compreensão, interpretação de textos. Ausência de lugar adequado para as práticas de Educação Física, pois não há quadra na escola; quanto aos recursos pedagógicos, os(as) discentes necessitam de livros didáticos, de um refeitório para os docentes; de mapas atualizados e, urgentemente, de uma sala de vídeo. (PPP, 2021, n. p.).

Essa falta de estrutura também foi relatada por alguns entrevistados que detalham de outra maneira, já que o prédio foi reformado após a militarização. A escola conta com:

- Localização: Rua Espírito Santo, S/N, Vila Souza, Ipameri-Goiás, CPE 75780-000;
- Condições de acesso: a escola é de fácil acesso;
- Vizinhança: Merceria Nivaldo Alves, empresa de alimentos em geral e residências em volta da escola;
- Área da escola: 2.016 metros quadrados no total;
- Distribuição do espaço físico 10 salas de aula, 01 secretaria, 01 biblioteca, 01 almoxarifado, área de recreação, 01 cozinha, sanitário masculino (01) e sanitário feminino (01) para os alunos, 01 sanitário para funcionários e 01 sala para professores e coordenação.

- Serviços públicos de que dispõe – sistema de água encanada (SANEAGO), rede de esgoto, coleta de lixo feita pela Prefeitura Municipal, energia elétrica (CELG), Telefone Público (Brasil Telecom).
- Jardinagem, área de convivência.
- A Unidade Escolar tem como mantenedora a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás e o Comando de Ensino da Polícia Militar de Goiás.

Dentre os recursos materiais ao PPP (2018) apresenta – vale ressaltar que esses itens não foram atualizados no PPP de 2021:

- 10 mesas para professores;
- 10 cadeiras para professores;
- 01 mesa para cozinha;
- 09 mesas para biblioteca
- 30 cadeiras para biblioteca
- 04 cadeiras para serviço interno da secretaria;
- 2 mesas na sala da coordenação e direção;
- 06 armários de aço (más condições de uso)
- 02 fogões (más condições de uso)
- 02 fornos a gás (más condições de uso)
- 02 freezers grandes
- 02 geladeiras;
- 02 liquidificadores;
- 02 bebedouros (Um em péssimas condições de uso);
- 02 televisores 20 polegadas;
- 30 conjuntos de carteiras e cadeiras; (150 em péssimas condições de uso);
- 01 televisão 29 polegadas;
- 02 retroprojetores;
- 02 telas para projeção;
- 08 ares-condicionados
- 03 impressoras;
- 06 computadores;
- 02 notebooks (péssimas condições de uso)
- 32 computadores no laboratório de informática.

Vale ressaltar que essa estrutura descrita acima atende, atualmente, quase 600 alunos. - 567 alunos sendo o corpo discente separado por turmas com as quantidades específicas de cada uma, em 2021: 6º ano – 86 alunos; 7º ano – 113 alunos; 8º ano – 140 alunos; 9º ano – 100 alunos; 1º ano – 60 alunos; 2º ano – 28 alunos; 3º ano – 49 alunos.

2.2 A estrutura oferecida pelo CEPMG José Pio Santana e suas fragilidades na visão dos entrevistados

Quando foi pensado para esse projeto que algumas pessoas fossem entrevistadas para que agregasse valor ao conteúdo aqui exposto, o propósito e a direção do trabalho era outro. Primeiramente, foi entendido pela sociedade, incluindo essa autora e a maioria dos entrevistados, que o processo de militarização do Colégio seria algo muito positivo. Inicialmente três professores foram convidadas a participarem do projeto sendo entrevistadas, mas uma deixou bem claro que não iria dar a sua contribuição porque não queria falar nada sobre o CEPMG de Ipameri. As outras duas professoras entrevistadas, A e B, relataram muitas melhorias na militarização, que destoaram no discurso dos ex-alunos, alunos e mães entrevistadas. As entrevistas que divergiram das que apontavam a positividade do Colégio Militar, foram concedidas por um grupo sem vínculo direto com a escola no momento da entrevista.

Lá existe professor dentro da sala do meu filho que chamava os alunos de burro, de idiota, falando que eles não sabiam fazer nada, isso são palavras que meu filho me conta aqui dentro de casa; acontecia isso na sala de aula. Aonde vamos para com isso? Como uma criança que escuta isso de um professor, um mestre? (MÃE A, entrevista concedida dia 08/03/23, às 8h30).

Com passar dos anos eu como mãe fui vendo que não era tudo aquilo que eu achava do Colégio Militar, que o sonho acaba virando um pouco pesadelo porque ele foi tendo dificuldade; todo dia eu era chamada na escola; principalmente porque questionei com a coordenação em um determinado momento. Reclamações diárias do meu filho, só reclamavam que ele não ajuda, que ele conversa na sala de aula, que ele fica de brincadeira. Em um desses momentos, um dia eu fui chamada na escola e vi um caderno preto que tinha duas folhas de reclamações do meu filho. Somente reclamações. Eu questionei por que a escola não colocava um psicólogo para ajudar essas crianças, não sentavam, não conversavam com os alunos. Eu como mãe questionei com a coordenação do CM e eles disseram que tinham acompanhamento, mas eu sabia que não tinha por que meu filho vivia reclamando principalmente em sala de aula. Ele sempre dizia que pedia ajuda para professora porque não entende, e a professora não dava a mínima, ainda eram mal-educados. E eu sei que isso não é só com ele não, porque ele não é o único aluno que dá trabalho na escola; eu acho que toda criança que começa no sexto ano ele é uma criança, então ele vai enfrentar dificuldade. Eu acho que tinha que ter um psicólogo para auxiliar nessa parte pedagógica na escola porque os alunos são difíceis; as crianças não são fáceis no mundo que estamos vivendo. Eu propus para coordenadora, peguei ele para gente

conversar juntos, e ressaltai para eles que para mim não era fácil ter que deslocar do meu serviço para ir até a escola. Eu ainda falei que ele tinha dificuldade na escola e em casa eu não conseguia ajudar porque ele chegava uma pilha de nervo da escola, a pressão era muito grande, a pressão na escola militar nos alunos é muito grande. Pela excelente postura que eles mesmo não têm, por que eles cobram das crianças? Porque para mim são crianças, eles entram ali crianças no 6º ano, eles deveriam ter um entendimento melhor, se existe uma criança que tem um certo tipo de problema, é só conversar com essa criança, procurar ajuda. Quando eu estava no psicólogo com meu filho ele já estudava no CM. No começo tinha tanta criança desse CM que faziam tratamento psicológico, eram muito. Eles mesmo da escola se encarregavam de levar e buscar, porque eram muito alunos com problemas de depressão, de transtorno; eu falo porque eu vi isso. Era direto eles me chamando na escola e o meu menino começou a se sentir perseguido, meu filho falava que eles falavam que tudo o que acontecesse na sala de aula a professora jogaria a culpa no meu filho. Eu fui conversando com ele em casa para melhorar, ele sempre tinha os altos e baixos, mas quando meu filho estava bem a escola não o ajudava, eles só discriminavam. Podia ser outro aluno fazendo coisa errada na sala, mas eles jogavam a culpa no meu filho. Era sempre ele. (MÃE A, entrevista concedida dia 08/03/23, às 8h30).

Podemos perceber pelo trecho extraindo da entrevista com a mãe A que ela teve alguns problemas com o filho durante o tempo em que ele esteve na instituição referida. Foram identificadas, ao longo das entrevistas com pais e alunos, uma violência psicológica para com as crianças e adolescentes, porém, esses detalhes não são citados nas entrevistas com as duas professoras. Por isso, pode-se classificar o ambiente como um lugar que para alguns é um local de coação no qual todos são submetidos e, para outros, é um espaço onde a presença dos militares auxilia um poder maior dos professores em relação aos alunos.

Eu, como aluna, resalto os pontos negativos que poderiam ser melhorados no Colégio Militar no decorrer do dia a dia. Em relação ao horário de entrada do colégio, a coordenação pedagógica e os militares poderiam ser mais pacientes com os alunos que não consegue chegar no horário, o portão da escola é aberto às 6:15 da manhã e é fechado às 6:45. Se o aluno não cumprir o horário ele precisa passar pela coordenação e pelos militares para justificar o atraso, o que acaba gerando uma enorme pressão, tensão e muito nervosismo, sendo muito ruim passar por isso. [...]. Os alunos acabam sendo muito prejudicados, perdem as aulas, até acho que os policiais deveriam tratar os alunos com mais respeito para serem também respeitados. Na minha concepção isso deveria ser mudado porque sempre que o aluno volta para casa ele perde seis aulas no dia, isso afeta muito durante o ano educacional, além de desmotivar o aluno, e muitos pais tiram os alunos da escola por estarem desmotivados. [...]. (ALUNO B, entrevista realizada no dia 13/04/23, às 10h08).

[...] existem alunos na escola que tem muitas problemas no desenvolvimento pedagógico de anos anteriores, sentem dificuldade em aprender e que hoje isso afeta muito o psicológico do aluno na sala de aula, “tem aluno que é lento no aprendizado, o aluno se sente inferior, humilhado por não dá conta de acompanhar o ensino exposto pelas professoras regente dentro da sala de aula, e existe professor que não entende, não dá atenção para esses alunos, pensa até que eles não aprendem porque não querem, pensam que eles querem brincar e não aproveita o tempo para aprender. Por fim, os alunos não conseguem acompanhar as tarefas, as leituras e saem prejudicados com notas baixas. Isso afeta muito o aluno e a escola que deveria ser um lugar de acolhimento. (ALUNO B, entrevista realizada no dia 13/04/23, às 10h08).

Miguel Arroyo (2017) em “Imagens Quebradas” conta que ao longo da história da pedagogia diversas metáforas “tentaram dar conta do ofício de ensinar e educar” e que foi difícil encaixar “nossas identidades nessas metáforas” (p. 12). O autor ainda afirma também que:

Não tem sido fácil ao longo da história social da infância, adolescência e juventude encaixá-los nesses românticos imaginários. Estamos em um momento em que fica mais evidente que as metáforas da pedagogia não dão conta da infância, adolescência e juventude reais que frequentam as salas de aula. Não são mais plantinhas tenras, nem massinhas moles e maleáveis, nem fios para bordados finos. A vida os endureceu precocemente. Essas metáforas também não dão conta de nossas trajetórias profissionais. Difícil reconhecer-nos jardineiros(as), artífices, bordadeiras. Imagens que tentaram revelar os sentidos do magistério. Por que estariam perdendo seus significados? Porque os educandos são outros. (ARROYO, 2017, p.12).

Ainda de acordo com a citação acima, podemos perceber que o educando mudou e hoje outras imagens de educando são possíveis, e ele ainda afirma que os alunos são sim outros ou porque foram obrigados ou porque escolheram outras formas de viver e a escola precisa se adaptar a isso. Principalmente porque o mundo mudou não é mais o mundo do passado; inclusive transformou-se também o trato com a formação dos professores. Essa formação dos professores sugere mais fortemente uma preparação intelectual que vise compreender os propósitos educativos e os contextos institucionais nos quais se inserem nossos atos de ensino do que um treinamento em técnicas, práticas ou competências individuais. Carvalho (2011) destaca sobre isso que “há uma importante diferença formal entre ‘ensinar’ e, por exemplo, ‘doutrinar’ alguém”. (CARVALHO, 2011, n. p.). No entanto, o conceito de ensino não se define só pelo seu resultado final. Esse processo de mudanças e adaptações para os professores do Colégio Militar foi longo e muito complicado, apesar da euforia inicial como relata as duas professoras entrevistadas:

Os alunos que estava no Colégio foram integrados, todos alunos que compunham o Colégio Estadual José Pio De Santana, eles foram incorporados no Colégio Militar, alguns por opção saíram, mas a maioria continuou a estudar no Colégio. Eu sendo professora interpreto essa mudança e vivenciei esse processo da mudança na escola. Antes ela tinha do sexto ao nono ano fundamental, e após de ser tornar militarizada os alunos terminaram o 9º ano e se criou o ensino médio. E, foi muito interessante porque passou de ser um a escola para ser um Colégio Militar, e teve uma estrutura melhor para os alunos e teve a mudança de prédio e foi muito gratificante. (PROFESSOR A, entrevista realizada no dia 12/07/22, às 18h).

Essa mudança do Colégio do José Pio de Santana para mim reflete dois momentos, seu for analisar: momento de sala de aula antes de ser militarizada nos quais eu via os alunos soltos, liberais em relações as regras, eu ouvia muitos palavrões em sala de aula; já quando tornou-se militarizada eu vejo que houve melhora nesse sentido. Os alunos foram aos poucos mudando e, atualmente eu não escuto vejo nenhum palavrão, seja desrespeitando o colega ou professor, e isso antes de ser militarizada eu ouvia

muitos palavrões direcionados principalmente aos colegas, então isso deixou de existir. Eu entendo que foi uma mudança muito boa no sentido da moral dos estudantes. (PROFESSOR B, entrevista realizada no dia 27/03/202, às 10h34).

Arroyo (2017) destaca ainda a importância de os alunos encontrarem boas lembranças dos tempos da escola e isso dependerá das condições que foram dadas a eles de viver com “dignidade suas trajetórias humanas” (p. 90). Além disso, dependerá, e muito, “de que a escola lhes propicie condições de viver com dignidade suas trajetórias escolares. Nem a falta de condições de trabalho, tão preconizadas, justifica que tantas crianças e adolescentes” estejam abandonando a escola. Para Arroyo (2017, p. 91) “trajetórias escolares truncadas acrescentam ainda mais marcas e lembranças negativas em suas trajetórias humanas”, isso porque as marcas “parecem doer de maneira especial por virem de uma instituição e de uns profissionais em que se depositam tantos sonhos”. (ARROYO, 2017, p. 90 e 91). No CEPMG não é possível afirmar, com certeza, de que as lembranças serão positivas para esses alunos e para seus pais.

No início eu tive muito medo pelo fato de ter polícia na escola, tinha certeza de que seria muito rígido; e isso fez com eu mudasse muito meu jeito, já que eu ficava preocupado de fazer algo e ser cobrado pelos policiais. Eu não tinha opção de sair da escola porque meus pais achavam que por morar na fazenda e eu estudar em Colégio Militar, estando com uniforme do CEPMG que ninguém da rua ia me fazer mal, e que polícia da rua não iria abordá-lo por nenhum motivo, muito pelo contrário, eu ia ser vigiado pela polícia e isso ia ser muito bom para mim, ia fazer muito bem. Teve momentos de medo e angústia de pensar que não ia dar conta já que as cobranças era muitas, e eu tentava fazer o melhor. As normas de apender as ordens unidas e marchar são muito complicadas, eu tinha medo de errar e ser cobrado por policiais; eles esbravejarem bem alto, e isso mexia muito com meu emocional, eu tremia, suava, tinha muito medo; o sol era muito sufocante e a angústia abafava mais ainda. Isso afetou muito o meu emocional, porém para agradar meus pais e para me sair bem no Colégio eu passava por coisas que não precisava passar se estivesse em outro Colégio. (ALUNO B, entrevista realizada no dia 13/04/23, às 10h08).

O meu filho chegava da escola muito agressivo, sem educação, bruto, arrogante, hoje ele está em outra escola fazendo o Ensino Médio. Ele está muito bem, mudou totalmente, é outro menino, por exemplo ele não gosta de perder aula. No Colégio Militar ele ia arrastado, triste, ele ia só para me satisfazer como mãe, hoje ele ama a escola que estuda, ele está aprendendo a matéria, na escola tem uma equipe de ajuda; formada por alunos que já aprenderam a matéria para ajudar os alunos que tem dificuldades e, esses alunos ganham pontos por estarem ajudando seus colegas. Hoje ele me relata o quanto está feliz, está aprendendo, hoje vejo que meu filho relatava verdades para mim quando eu cobrava algo dele que era direcionado por coisa na sala de aula, ele chorava e dizia ‘mãe não fui eu que fiz, vai até lá pede as imagens das câmeras’. Era tudo verdade. (MÃE B, entrevista concedida dia 18/02/23, às 9h32).

Arroyo (2017, p. 55) ainda se arrisca em afirmar que “os coletivos docentes percebem que as indisciplinas escolares têm suas peculiaridades dado o imaginário social sobre a escola”. Os militares estão focados, de acordo com todos os entrevistados, na disciplina rigorosa dos alunos – para as duas professoras este fato foi apontando como dado positivo; para os três alunos

e as duas mães isso foi apontado como fato negativo do CEPMG – e é possível pensar que os adolescentes podem estar esperando um olhar mais benévolo dos profissionais educacionais. “O olhar sobre os alunos, sobre suas indisciplinadas interrogações está se tornando mais cuidadoso, menos apressado nos julgamentos docentes. Está se tornando mais profissional”. (p. 56).

A aluna primeiramente já veio me relatar das regras que eles são expostos no CEPMG. O aluno já entra no Colégio sabendo que eles são rigorosos, mas ela afirma que elas poderiam ser mais brandas sem punições e castigos para afetar o aluno; como exemplo ela citou que os alunos que não cumprem a regra de cortar o cabelo de 15 em 15 dias, muitas vezes por não terem condições financeiras, são convocados a se retirarem da escola e não podem assistir as aulas. [...]. Outra regra importante a ser cumprida é o uso exato dos uniformes, cada dia é exigida uma farda diferente, e se não cumprir o aluno é chamado para responder o porquê não cumpriu a ordens, tendo direito de falar, se for motivo torpe ele recebe advertência. Cada advertência tem um grau diferente, de acordo com a infração, sendo três graus: leve, média ou grave. Todas elas afetam na nota de comportamento e, de acordo que vai tomando as punições vai abaixando a nota do aluno, sendo possível até a reprovação do mesmo por não atingir a média – 60 pontos. Sendo a aluna, ela acha “que poderia ser só uma conversa sem dar punições, pois acabada trazendo muito transtorno para o psicológico do aluno no decorrer do ano. Isso afeta muito o aluno e a escola que deveria ser um lugar de acolhimento. A entrevistada relatou que já ficou muito ansiosa por causas das regras que tem de cumprir até dando seu melhor para tirar nota alta, perdendo noites de sono, e ter que se esforçar muito para não se prejudicar tirando nota baixa e não perder o alamar. “Acaba que mexe muito com o psicológico da gente por sempre tentar disputar, ser sempre melhor, isso tem um preço muito grande que pode até acarretar depressão porque afeta muito o psicológico. Às vezes o que me afeta muito é sempre querer sair muito bem nas avaliações para consegui pegar o alamar, então acaba que isso tem um preço muito grande que a média se torna 80, então a cobrança é muito grande para conseguir aquela meta. Existem alunos que até tentam demais e não conseguem, se frustram e acabam até adoecendo. (ALUNO A, entrevista realizada no dia 04/11/22, às 11h15).

Os alunos se sentiam extremamente inseguros, pressionados e acabam melhorando o desempenho por medo e não por disciplina e força de vontade.

O aluno relatou que sua vida mudou desde o momento que se inseriu no Colégio Militar. A vida dos colegas muito mais já que houve vários alunos que chegaram para brincar, fazer piadinhas com os colegas e já foi coibido pelos policiais, sendo castigado, indo para sala de comando pelo tempo determinado pela professora. (ALUNO B, entrevista realizada no dia 13/04/23, às 10h08).

As próprias trajetórias humanas e escolares dos alunos têm de ser objeto do olhar profissional, objeto de análise, de conhecimento e de estudo; objeto de lições e didáticas. Arroyo (2017) ressalta ainda que os jovens e adultos, as crianças e adolescentes parecem propor não que sejam tratados com misericórdia, mas com cautela antes de julgá-los precipitadamente.

Como eu já era aluno do Colégio antes dele ser militarizado, eu percebi a mudança dos professores regente também; eles mudaram bastante o jeito de ser, já que eles

tiveram que cumprir as ordens do comando quanto aos uniformes, não podiam deixar as tatuagens exposta, dar exemplo para seus alunos; isso me fez perceber que os professores também ficaram apreensivos por serem vigiados por câmera a todo momento e por policiais. Teve professor que assimilou muito bem essa mudança, sentiu mais seguro, mas teve professor que eu percebi que não gostou dessa mudança tão rigorosa. Teve professor que gostou pelo fato de castigar aluno, culpar por coisas que ele não fez dentro da sala de aula pelo fato que a polícia dá suporte para professor no que precisa dentro da sala de aula. O pensamento era bem claro ‘aluno fez bagunça é simples, mando ele para a sala de comando e está tudo certo’. Só que alguns alunos vão carregar aquele peso de culpa que não fez e pagar por coisa que não fez. Às vezes aluno é humilde, não sabe se defender, tem medo dos pais, tem medo de tudo e sofre. Prefere receber o castigo, pagar pelo que não fez e ficar calado para não gerar mais transtorno na vida escolar dentro do Colégio Militar. O aluno relatou que, por várias vezes, pensou em desistir de estudar no Colégio Militar pelo fato de morar na fazenda e ser desgastante aquele percurso de 40km todo dia, além de pensar que ia chegar no CEPMG e ter regras rígidas para cumprir, sabia que não podia chegar atrasado para não ser punido e afetar suas notas; enfim o aluno conseguiu superar tudo e terminou o Ensino Médio. Mesmo estudando ali nunca tive sonho de ser policial, pois o momento que vivi ali já foi uma experiência tensa na minha concepção, os policiais deveriam passar por uma reciclagem para ir compor o Colégio Militar, ser escolhidos a dedo e ter mais empatia, não tratar os alunos com falta de educação, ser mais gentil. Os alunos saem de suas casas para aprenderem e ser acolhidos e um simples grito na hora da marcha pode desestabilizar você em todo sentido trazer transtornos no seu aprendizado; afinal o aluno não é bandido para ser humilhado. (ALUNO B, entrevista realizada no dia 13/04/23, às 10h08).

Ainda sobre os comportamentos dentro de sala de aula, a aluna relatou que quando tinha colegas fazendo bagunça durante a aula e a professora reclamava que a sala está fazendo bagunça; muitas vezes era possível resolver o problema ali mesmo, sem chamar o policial para aplicar bronca e, no fim, todo mundo sofre punição, ou seja, alguns fazem e todos pagam por algo que não fizeram, tem que ouvir bronca sem merecer, mesmo você tendo postura dentro da sala de aula, então eu acho errado, fica minha crítica de indignação por esse equívoco que precisa ser melhorado também pelos professores para antes de convocar o policial para dar broncas nos alunos. Os alunos que não respeitam vão para o comando ficar de castigo, se o professor quiser que ele volta a sala de aula ele volta, se não ele fica de castigo no comando até final da aula. Esse tempo que fica de castigo tem que fazer todas as tarefas exposta pelo professor regente, sendo uma forma do aluno ser castigado. Pelas vezes que vivenciei isso o aluno fica é mais revoltado; existe o aluno que sente vergonha, mas existe o aluno que não está nem aí para isso. Mas já teve caso de o policial ir até a sala e perguntar para o professor se o aluno podia retornar e o professor não deixa o aluno voltar mais naquele dia. Creio que é por raiva do aluno ter feito bagunça então eu acho que poderia mudar isso também; o aluno ter mais uma chance do professor. (ALUNO A, entrevista realizada no dia 04/11/22, às 11h15).

Canivez (1991) relata sobre a dificuldade real de educar um cidadão – considerando até uma ideia que gera um certo incômodo –, além de ser muito suspeita, afinal, é direito do cidadão que a escola não somente instrua alunos, ela precisa educar o cidadão com o objetivo de torná-lo um civil. Formar um cidadão que se comporte como um desde os momentos escolares faz com que a escola tenha que ser conduzida civilmente.

Na atualidade vários fatores barram essa formação do cidadão, como por exemplos citados pela autora, a impossibilidade de se educar na atualidade, afinal as escolas parecem estar fadadas a um fracasso ainda inexplicável – de não conseguir atingir seu objetivo principal – e,

a negação constante da liberdade pela disciplina, o que não educa o cidadão que acaba entendendo a sociedade como espaço de liberdade negada.

A escola institui, de modo geral, a coexistência de seres diferentes sob autoridade de uma mesma regra, e isso pode gerar enormes conflitos. No CEPMG essa regra imposta pela sociedade pode ser muito intensa devido a presença dos militares dentro do Colégio. Ainda sobre essa imposição de regras é preciso destacar que, atualmente, muita coisa mudou, inclusive quando se trata da postura dos alunos. Em trechos da sua obra Arroyo (2017, p. 112) vai discorrendo sobre passado e futuro de acordo com o silenciamento do aluno na escola e ele explica que ao “fazer um percurso, ainda que rápido, pelas nossas lembranças dos tempos de escola, nos abre para pensar como lidamos agora como mestres com a condição corpórea dos alunos. Um ponto aparece como consensual”. Este ponto consensual mostra que as lembranças de hoje são muito parecidas com as do passado, porém com uma diferença significativa “silenciados e quietos os corpos dos alunos falam mais alto do que em nossos tempos de escola. O que há de diferente é que fica cada dia mais difícil silenciar, controlar ou ignorar seus corpos”. (ARROYO, 2017, p. 110).

Por isso, é cada vez mais necessário e urgente escutar a fala desses alunos que, normalmente, vem em forma de “indisciplinas, de desatenção, ou de condutas desviantes, ou venham em forma de corpos atentos e disciplinados” (ARROYO, 2017, p. 113). Com novas artimanhas para uso da linguagem corporal, os docentes se tornam obrigados a terem “novos olhares e a ter outras posturas perante seus quietos ou irrequietos corpos infantis e até seus explosivos corpos adolescentes e juvenis”, não havendo ainda um consenso sobre a postura diante desse comportamento, já que “os controles, as disciplinas, as advertências, castigos e até expulsões não funcionam como em nossos tempos. A consciência pedagógica já avançou a tal ponto que resultam posturas antiquadas e antieducativas”. (ARROYO, 2017). Com isso podemos destacar das entrevistas os seguintes trechos:

Foi muito complicado porque a coordenação não ajudava e cobrava muito de mim. Eu ficava muito ansioso, com medo de até reprovar. Eu sofri humilhação por não conseguir acompanhar os módulos das tarefas, sofri humilhação de um policial, fui até o colégio levar as tarefas eu estava de bermuda jeans, ele veio gritando que tinha normas, eu perguntei se eu não podia entrar no colégio para entregar as tarefas na secretaria do Colégio eu estava acompanhado dos meus pais que ficaram dentro do carro na porta da escola; eu sabia que tinha normas, mas não tinha aula a coordenação da escola estava só recebendo as tarefas dos alunos; então pensei que eu poderia entrar no colégio. Nesse dia minha mãe entrou e entregou as tarefas e fomos embora. No caminho da fazenda enquanto estava indo embora eu falei “não quero continuar nesse Colégio mais, eu não estou estudando para ser humilhado por policiais e eu não sou bandido. Eu tinha um sonho em estudar no Colégio Militar, mas naquele dia eu percebi que não era o que eu queria para minha vida. Aqui no Colégio Militar não tem nada que vai agregar nos meus sonhos. Hoje eu estudo em outro colégio do governo

estadual, os professores são muitos educados, contribuem muito para meu aprendizado não tem pressão psicológica. Hoje vejo a grande diferença, eu vou para escola com vontade de estudar e vencer na vida; eu sei que não vai ter polícia para me humilhar nem gritar comigo. (ALUNO C, entrevista realizada no dia 09/04/23, às 17h30).

Na minha concepção existe aluno dentro da sala de aula que não precisa ouvir palavras com tom de arrogância dos policiais sem mesmo merece. O aluno que deseja estudar no CEPMG tem de ir sabendo que vai sofrer as interferências em questão de ser cobrado o tempo todo, não pode ter barba, nem bigode, tem que cortar o cabelo a cada 15 dias, ter cabelo padrão pela máquina de número 3; então tudo isso acaba mexendo com a gente e interferindo no seu modo ser. As meninas também têm que cumprir regras, não podem cortar cabelo nem pintar de cor forte, tem que usar sempre o coque, não pode usar maquiagem, brinco só se for pequeno, as unhas não podem ser grandes e nem pintadas de esmalte escuro. Se isso acontece os comandantes já mandam você retirar ali no momento da abordagem, se por acaso os alunos não quiserem obedecer ou se sentirem lesados ou com vergonha eles são convidados a se retirarem do Colégio e voltarem no dia seguinte. Eu, como aluno, acho que as regras poderiam ser mais moderadas, afinal tem alunos que não conseguem, por diversos motivos, cumprir essas regras muito severas, sendo prejudicados e levando punições no GR8. Normalmente, os alunos evadem do Colégio Militar ou por vergonha ou por medo, afinal eles passam a ser ‘perseguidos’ por não cumprirem as regras. (ALUNO B, entrevista realizada no dia 13/04/23, às 10h08).

Para mim foi muito difícil chamar os policiais de ‘senhor’; ‘sim senhor, não senhor’. Eu estudando lá eu sempre tratei os professores bem, mais essas regras para mim foram difíceis de acostumar-se; eu tremia de medo de errar os pronunciamentos e ser punido, então isso mexeu bastante o meu psicológico. Eu pensava que não ia dar conta acabar o ano, que era muito árduo. (ALUNO B, entrevista realizada no dia 13/04/23, às 10h08).

Por fim, podemos afirmar que a visão para as duas professoras entrevistadas difere muito da visão das duas mães e dos três alunos que também foram ouvidos. Quando Arroyo (2017) fala de silenciamento ele se refere especificamente ao corpo de estudantes, mas diante das entrevistas colhidas para este trabalho é possível encaixar o silenciamento também do corpo docente. Uma das professoras que decidiu ceder a entrevista, recusou indiretamente em um determinado momento, não aceitando nenhuma data e local marcados para que ela acontecesse. Em diversas ligações nada foi decidido, e a autora deste trabalho sentiu necessidade de parar de procurá-la porque notou que ela não iria mais contar seu relato. O motivo exato não foi dito para a pesquisadora pela professora. As outras duas entrevistadas trabalham no CEPMG há um tempo e passaram por todo o processo de transformação.

A maioria dos professores que trabalhavam antes de ser militarizada permaneceu no Colégio após o processo. Como passou por mudanças houve a necessidade de aumentar o número de professores, então hoje tem mais professores que vieram de outra cidade que compõem o Colégio Militar nesse momento. Eu sinto um orgulho de compor o Colégio Militar temos um suporte para o nosso trabalho, isso dá um respaldo muito bom. Em relação as famílias dos alunos, hoje na escola tem um grupo de pais e mestre juntamente com a polícia do Colégio que dá um respaldo as famílias em relação as questões sobre a vida escolar dos alunos, tudo que acontece na escola os pais são chamados para serem informados através de reuniões. Se eles não comparecerem os

militares vão atrás das famílias para saberem o que aconteceu que ocasionou a ausência deles nas reuniões. O Colégio Militar de Ipameri é hoje da classe média baixa, o aluno só não fica quem não quer mesmo; até porque até o momento não existe aluno que foi expulso. Sou professora lá há muitos anos e conheço a trajetória deles: quem veio da antiga escola antes de ser militarizada, e o que alterou na escola José Pio hoje foi só mesmo a presença dos militares, nada além disso. (PROFESSOR B, entrevista realizada no dia 27/03/202, às 10h34).

A professora ressaltou que “a experiência de trabalhar com os militares para mim foi uma experiência nova e muito boa. No início fiquei meio em dúvidas de como ia ser, tive medo da mudança, mas fiquei surpresa com um ambiente harmonioso. Não tenho nada a reclamar. Quando tem algum problema em sala eu, como docente da sala, tenho autonomia de resolver com o aluno da melhor forma possível. Caso o assunto não seja resolvido, nós professores podemos encaminhar o aluno para a sala de comando, ressaltado o parecer, o porquê do aluno está se ausentando da sala de aula para que seja resolvido lá, juntamente com os militares. Existe um local específico na sala de comando onde os militares podem resolver a questão. Vale lembrar que o aluno só sai de sala se realmente o problema não for resolvido por nós fazemos de tudo para o aluno não se ausentar da sala de aula. Os militares têm uma sala reservada para eles, a relação deles com a gestão pedagógica é tranquila, eles contribuem no momento específico, eu percebo a relação deles com os pais tranquila e com os alunos também. Eu me sinto bem sendo professora no colégio militar, porém eu tinha uma expectativa melhor em relação do aprendizado, acho que deveria ser mais rigoroso, mas eu entendo que a Secretaria do Estado de Goiás faz muitas interferências no programa de aprendizagem, talvez seja por isso que a escola militar deixa muito desejar, porque é uma escola que tem nome, e mediante ter nome eu acho que o ensino deveria ser mais puxado; só que infelizmente a Secretária de Ensino pede para rever as questões e não reprovar alunos. Na minha concepção deveria ser bem mais rigoroso o sistema militar. Após o momento que o Colégio passou ser militar o número de alunos cresceu bastante. Entretanto o perfil dos alunos mudou ao longo dos anos. Depois que passou a ser militar os alunos sabem das regras a serem cumpridas e isso limita muito. Vale ressaltar que nem todo aluno cumpre essas regras, existem alunos que são advertidos e até expulsos; e também existem muitos alunos que não se adaptam as regras do CEPMG. Em relação de mudanças eu digo que o antigo José Pio – eu me refiro antes do Colégio Militar – eu percebia que tinha uma camada da população mais carente, de vários bairros da periferia da cidade, quando houve o processo de militarização digamos que os alunos que mais foram contemplados são daqui da cidade que a gente sabe que tem uma qualidade de vida um pouco melhor e os pais colocaram seus filhos para estudarem lá. Em relação à população negra eu percebo que não teve diferença, existe sim alunos negros; eu percebo que não teve diferença não. (PROFESSOR A, entrevista realizada no dia 12/07/22, às 18h).

Conforme trechos acima, segundo as professoras, a escola melhorou muito, os alunos têm mais rendimento, obedecem mais, a disciplina melhora muito a qualidade da aula e, além de tudo, a facilidade de contar com militares para o processo disciplinar, tendo dedicação maior ao processo de ensino-aprendizagem. As versões diferentes mostram valor ao trabalho que tenta explicar como foi a militarização do Colégio Estadual José Pio Santana de diferentes pontos de vista. Sem dúvida Ipameri ganhou muito destaque ao ganhar um Colégio Militar, porém muitas consequências vieram com a solidificação desse CEPMG na cidade. Os relatos das mães e dos próprios alunos ou ex-alunos mostraram que a obediência em como consequência do medo que esses alunos sentem dos militares e, o silenciamento dessas professoras por estarem atuando ainda na escola é comprovado pela divergência dos depoimentos outros.

CAPÍTULO III – MATERIAL INSTRUCIONAL SOBRE O COLÉGIO MILITAR JOSÉ PIO DE SANTANA

Este produto no formato de material instrucional é parte da dissertação como estratégia de aplicação/uso/compreensão em diferentes realidades do tema do Colégio Militar. Nele buscamos de uma maneira que possa permitir mediação na compreensão do tema. Buscamos trazer a historicidade do Colégio Militar em Goiás, bem como argumentos confrontando-os, a partir do que avançamos na pesquisa. A estratégia é não entender o Colégio Militar como negação de uma relação de ensino e aprendizagem, mas a introdução de um instrumento que ao mediar ensino/aprendizagem quebra o eixo principal da educação como emancipadora e reafirma uma educação que presa a hierarquia, obediência e dominação como objetivo. Na parte final do trabalho, mesmo não permitindo avançar muito na reflexão interpretamos como os símbolos e técnicas aplicadas no Colégio Militar se aproximam da educação de crianças e jovens no fascismo.

O trabalho teve como locus de pesquisa o Colégio Estadual da PM de Goiás (CEPMG) de Ipameri, no estado de Goiás. O objetivo inicial deste trabalho era finalizar as discussões sobre o CEPMG José Santana Pio com oficinas dentro do colégio para que fosse resgatada, pelos professores e alunos, a memória e a história do CEPMG citado, porém o acesso ao Colégio é muito restrito, a pandemia da Covid-19 também afetou o andamento do trabalho e, para além disso, as entrevistas citadas no capítulo anterior levaram este trabalho para outro caminho. Ao incorporar entrevistas que interpretamos no segundo capítulo, observamos que o espaço da escola permitiram revisitar o Colégio, as narrativas levaram a compreender questões como de medo, vigilância envolvendo forças policiais, por isso avaliamos ser inadequado produzir as oficinas. Ao colher depoimentos e perceber que as mães e os alunos citaram vários problemas dentro do CEPMG de Ipameri, o resultado deste trabalho se tornou uma apresentação oficial sobre os Colégios Militares, visto que muitos conhecem a fama e o nome do CEPMG, mas não sabem realmente como funcionam.

Imagem 1: Foto da fachada do CEPMG de Ipameri – Goiás.



Fonte: própria autora.

3.1 O que é um Colégio Militar?

Apesar das entrevistas dos alunos, ex-alunos e pais apresentarem muitos quesitos negativos e poucos positivos sobre o CEPMG, além da nossa pesquisa ter apontado que a escola não apresenta características favoráveis para educar e emancipar os jovens, o que justificaria a expansão tão acelerada dos colégios militares nos últimos anos? Como entender os investimentos financeiros e simbólicos nesse modelo de escola pública estadual? Para vários estudiosos do tema, como Alves, Toschi e Ferreira (2018), a expansão atende a um projeto eleitoral do governo de Goiás, e por esse motivo o número de criação de colégios teria crescido acentuadamente em períodos pré-eleitorais. (ALVES; TOSCHI; FERREIRA, 2018, p. 283).

Sob um outro ponto de vista, vale entender que a narrativa construída acerca dos colégios militares nos últimos 20 anos, por diferentes interlocutores como a mídia, a própria Polícia Militar e o próprio governo de Goiás reforçam o que é considerado por eles o sucesso da escola em dois quesitos: disciplina e bom rendimento; ou seja, impor a disciplina e o bom rendimento dos alunos nas provas e exames nacionais. É justamente essa narrativa que foi detalhada pelas mães dos entrevistados nessa pesquisa: elas foram atraídas pelo discurso popular que ostenta as CEPMG, porém relataram outra realidade com o passar do tempo dos filhos na escola.

Imagem 2: Alunos aprendendo sobre as Ordem Unida assim que entram no CEPMG.



Fonte: própria autora.

Uma formação habitual de marchar, pausar ou reunir os elementos de uma tropa é conhecida como Ordem Unida. Essa formação presta atenção às distâncias e intervalos estabelecidos, resultando em um conjunto de marcha harmonioso, cadenciado e equilibrado. Além de ser usado pelos militares, grupos de jovens, incluindo bandas de artes marciais, o Clube de Desbravadores e o Clube de Aventureiros¹⁴ também o utilizam. O funcionário, graduado ou a pessoa mais velha presente à frente do grupo, dá ordens de forma firme, que inspira respeito pela figura de autoridade presente. Eles podem ser comunicados por trompete ou clarinete, apito, gestos com as mãos ou voz de comando. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2003).

¹⁴ O Clube de Aventureiros recebe crianças de 6 a 9 anos, enquanto o Clube de Desbravadores acolhe crianças e adolescentes de 10 a 15 anos. Tendo como foco saúde física, emocional e espiritual, os encontros ocorrem aos domingos pela manhã em mais de 10 mil clubes mantidos pela Igreja Adventista em todo o mundo.

Imagem 3: Alunos em Ordem Unida para cantar o Hino Nacional antes de entrar em sala de aula.



Fonte: <https://www.portalcepmg.com.br/galeria-de-fotos/#bwg5/534>¹⁵.

O Governo do Estado afirma que “desde a implantação de sua primeira unidade, os Colégios da Polícia Militar de Goiás têm promovido profundas transformações no campo educacional”, por isso ela se destaca como “uma das escolas mais progressistas e democráticas do Estado de Goiás, tanto pela qualidade de ensino, como pela gestão participativa da comunidade escolar”. Porém, não é uma afirmação vista constantemente nos nossos depoimentos colhidos, como mostramos no segundo capítulo. Esse fato destoante entre fala e fato já aconteceu em vários outros momentos da educação escolar no mundo.

Rosa (2009) em seu texto sobre a educação militar no governo de Mussolini afirma que a educação militar foi introduzida na Itália quando as autoridades acharam que era necessário formar cidadão-soldado. Todo esse processo começou quando o fascismo precisava de adesões e o governo entendeu que criando um “novo homem nacional” integrado ao sistema seria sua melhor chance de adeptos, por isso a educação foi a chave para esse processo de criação. A

¹⁵ Acesso em 15 de jun. de 2023.

educação militar era parte de uma estrutura que formava “através de uma educação integral que envolvia o lado psicológico, físico e social.” (ROSA, 2009, p. 622). Vale reforçar que a primeira mudança aconteceu diretamente nas aulas de educação física já que “as aulas de educação física se converteram no cenário ideal para preparar os corpos e as mentes dos jovens para o espírito guerreiro” (ROSA, 2009, p. 622).

Muitos detalhes dessa época se assemelham com os da atualidade coletada neste trabalho: uniformes padrões e limpos, cabelos cortados e penteados, rigor com unhas, falas, e higiene pessoal; respeito a hierarquia; porém na Itália ainda precisavam manter os corpos saudáveis – longe das doenças – e preparado para guerra. Em 1935 foi incluída a disciplina de educação militar nas escolas da Itália fascista. Os alunos cumpriam, diariamente, todos os rituais militares dentro das escolas – assim como acontece nos CEPMG; Rosa (2009, p. 647) ainda destaca outro ponto que podemos considerar semelhante: “a educação militar estava inserida no processo formativo [...]fazendo com que meninos e meninas internalizassem as qualidades de coragem, força, vontade e disciplina”. No transcorrer da análise dos depoimentos percebemos que estes também são focos do CEPMG, o que, no geral, de acordo com os entrevistados, provocam ainda mais problemas: deixam os alunos ansiosos, agressivos, instáveis, com medo e sem vontade de ir para a escola.

Os professores que estão trabalhando na escola atualmente – exceto uma delas que preferiu não se manifestar – apresentam uma narrativa comumente usada pelo governo estadual que afirma que os militares apenas fiscalizam a administração escolar. Isso não é suportado pela pesquisa realizada. A presença de militares nos ambientes escolares repercute nas práticas de ensino, criando um ambiente hostil e de total controle, inclusive completamente monitorado por câmeras em todo o ambiente escolar, até dentro de sala de aula. Esse fato ocasionou muitos pedidos de remoção de professores — expressamente proibida, conforme orientação da Lei nº 18.967, de 22 de julho de 2015 (GOIÁS, 2015).

Membros do grupo técnico educacional, no entanto, têm criticado esse paradigma educacional. Eles acreditam que a abordagem é ineficaz, especialmente porque as forças armadas em vários níveis não têm o treinamento necessário para operar nas escolas. Além disso, como os alunos que não se adequam às regras enfrentam expulsão ou são forçados a mudar de instituição de ensino, os colégios militares incentivam o abandono escolar, agravando o problema da evasão não somente no estado, mas no país todo.

Imagem 4: Acesso às salas de aula do CEPMG de Ipameri.



Fonte: própria autora.

3.1.1 A história da polícia militar no Brasil

A história da Polícia Militar no Brasil não é um legado do Regime Militar que existiu no Brasil entre 1964 e 1984. Quando D. João VI chegou ao Brasil, em 1808, teve de estabelecer no Rio de Janeiro uma força militar equivalente a Guarda Real de Política de Lisboa, que tinha sede em Portugal. A Divisão Militar da Guarda Policial do Rio de Janeiro foi criada na época, utilizando a mesma estrutura organizacional, uniformes e armamentos da Guarda Portuguesa.

Com o crescimento, com o passar do tempo, da população, outros departamentos de polícia foram estabelecidos em outras províncias, incluindo Minas Gerais, Pará, Bahia e Pernambuco. Esses órgãos de segurança pública são os que estão mais próximos da atual Polícia Militar em termos de formação e estrutura. Porém, apenas no ano de 1946 que o termo “Polícia Militar” foi estabelecido na Constituição, após o Estado Novo. Todas as unidades federativas passam a adotar o termo, exceto o Rio Grande do Sul que até hoje, em 2023, utiliza o nome Brigada Militar.

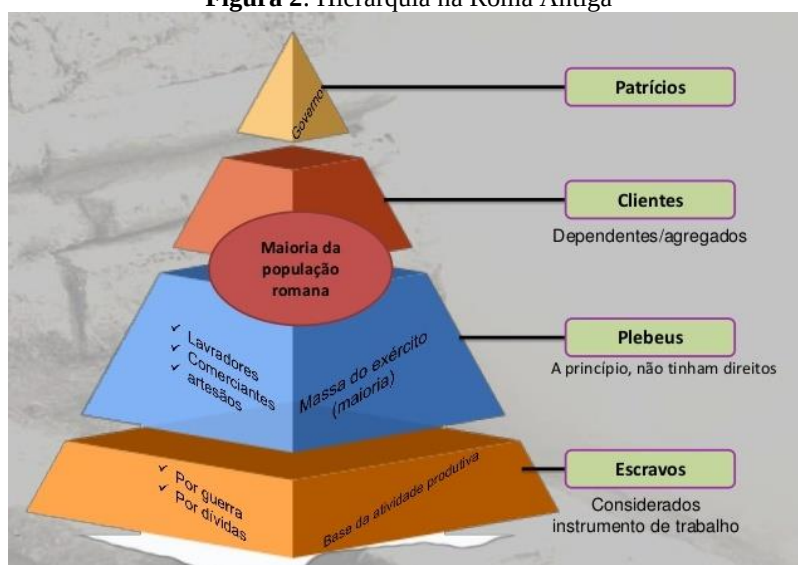
A atribuição apontada no primeiro parágrafo se deve ao fato de que, sob a intervenção militar a PM foi completamente reorganizada e sofreu muitas mudanças, sendo organizada apenas por uma única hierarquia, e é então comandada por oficiais do Exército e transformada em instrumento de combate aos opositores do regime, nos estados brasileiros. Vale reforçar que a Polícia Militar é responsabilidade da esfera de governo estadual. Por isso, quem cuida da sua gestão e manutenção é cada unidade federativa, através da Secretaria de Segurança Pública; exceto no DF que ela é subordinada à União. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2016).

3.1.2 A hierarquia vivida e ensinada pela polícia militar

Todas as sociedades se organizam, por imposição, hierarquicamente. Hierarquia é a sistemática distribuição dos poderes com subordinação sucessiva de uns aos outros, é uma série contínua de graus ou escalões, em ordem crescente ou decrescente o que pode gerar diferentes hierarquias: a urbana, a eclesiásticas, a militar; ou seja, é uma ordenação contínua de autoridades que estabelece os níveis de poder e importância, de forma que a posição inferior é sempre subordinada às posições superiores.

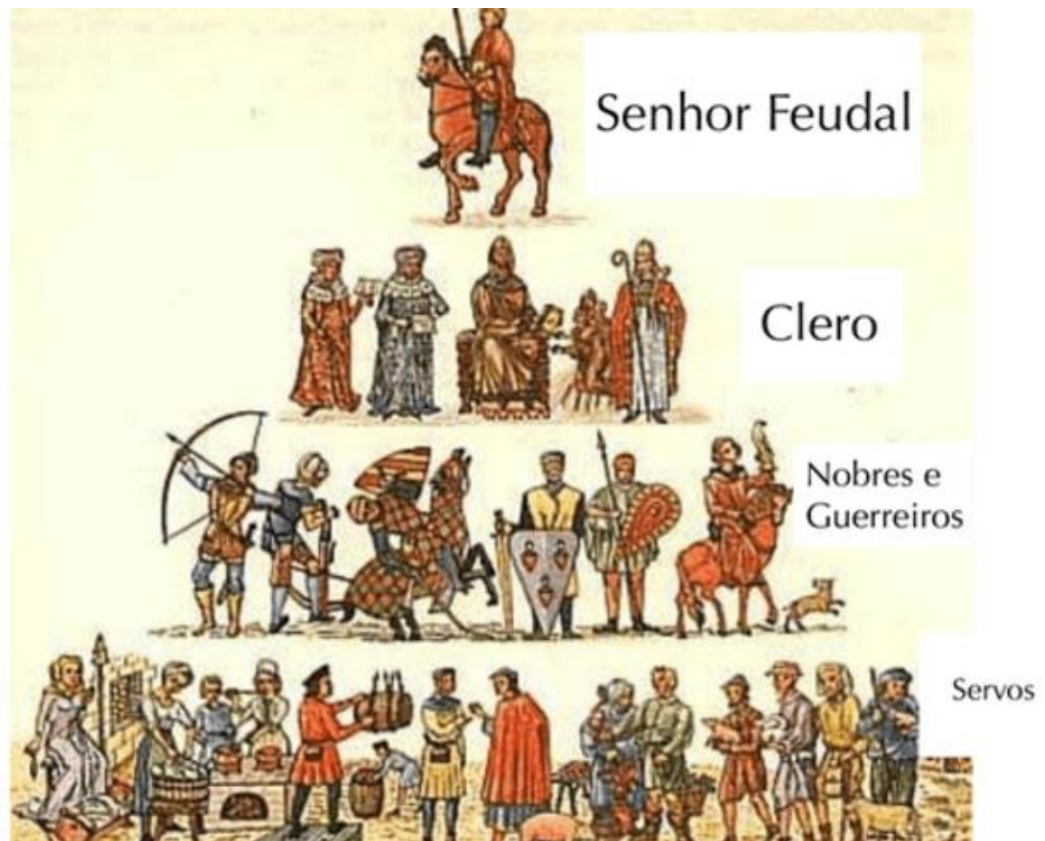
À priori, o termo hierarquia possuía apenas um significado específico para a religião já que a organização social das igrejas levou à formação de hierarquias cuja graduação era intangível por derivar da autoridade transcendental de cada camada social. Historicamente diferentes formas de hierarquias foram usadas para controle das populações pobres, as hierarquias ao longo dos séculos:

Figura 2: Hierarquia na Roma Antiga



Fonte: www.historiaonline.com.br.

Figura 3: Hierarquia na Idade Média



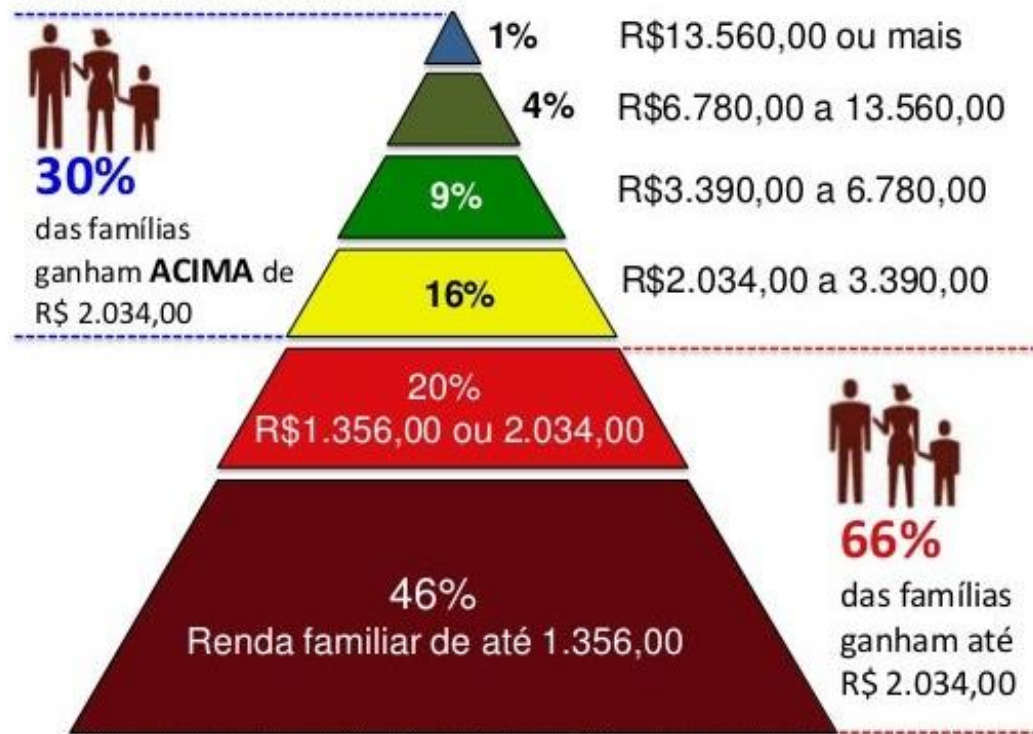
Fonte: www.historiaonline.com.br.

Figura 4: Hierarquia na Idade Moderna.



Fonte: www.historiaonline.com.br.

Figura 5: Hierarquia na capitalismo.



Fonte: www.datafolha.com.br.

O sistema hierárquico é excludente desde o começo dos tempos. Muitos estão nas posições inferiores, normalmente mais de 50%, e poucos estão no topo, em alguns casos não chegam a 3%, o que gera enormes desvantagens e exclusão social. Para além disso, a Constituição prevê em seu artigo 42 a existência de polícias e corpos de bombeiros militares em âmbito estadual, que também são pautadas na hierarquia e disciplina. Estruturalmente, as duas instituições são organizadas da mesma forma e com os mesmos cargos. Sobre o processo de hierarquização social e desigualdade, Safatle (2022, n. p.) cita que:

A igualdade é o horizonte normativo fundamental da vida democrática. Seu sentido não está vinculado a alguma forma de imposição de homogeneidades, como se não fosse possível, em uma sociedade igualitária, o reconhecimento efetivo da diferença. Na verdade, podemos dizer exatamente o contrário, a saber, que só em uma sociedade radicalmente igualitária, diferenças e singularidades são possíveis. Pois, nesse contexto, “igualdade” significa ausência de hierarquia, ausência de sujeição. Quando a hierarquia impera, diferenças só podem ser vividas como desigualdades, pois a hierarquia impõe níveis de valores. O que é diferente do que está acima é necessariamente menos valorizado. Nesse sentido, ser diferente em uma sociedade hierarquizada significa ser desigual, ser mais vulnerável, não ser conforme ao que se espera para ter poder. (SAFATLE, 2022, n. p.).

Safatle (2022) mostra a hierarquia como forma de desvalorizar o que não está no topo, sendo negativamente visto, o que afeta significativamente essas pessoas que estão no fim da

pirâmide, inclusive, de uma maneira mais agressiva ainda quando o público se trata de crianças e adolescentes. O Colégio Militar, ao aplicar símbolos, como uniformes militares, continência, marcha aplica um entendimento da hierarquia como instrumento de dominação entre os alunos.

Figura 6: Divisão das patentes militares.



Fonte: www.hierarquiamilitarnobrasil.com.br

Esta hierarquia é aplicada também dentro do regimento do Colégio Militar. Os alunos são divididos no que é classificado como Hierarquia Colegial, afinal, devido à natureza militarizada do CEPMG, os alunos estão classificados hierarquicamente. Os alunos do ensino fundamental e médio usam insígnias nas mangas e nas passadeiras dos uniformes. Cada posto ou graduação do CEPMG tem um significado e serve para destacar os alunos com maior rendimento no ano anterior. É realizada anualmente uma solenidade para o preenchimento dos postos e graduações dos alunos. Eles são hierarquizados da seguinte maneira:

- **Comando do Batalhão Escolar:** É o posto ocupado pelo Coronel-Aluno que está responsável pelo comando e organização do Batalhão escolar do Colégio da Polícia Militar

- Estado Maior: O chefe do Estado Maior é um Tenente Coronel- Aluno que tem como função reunir outros oficiais alunos, visando assessorar o Comandante do Batalhão Escolar na organização dos desfiles.
- Guarda Bandeira: A Guarda-Bandeira do CPM é constituída pelo Porta-Bandeira, pelo Porta-Estandarte e por seis guardas. É geralmente comandada por Tenente Coronel-Aluno.
- Bandeiras Históricas: As Bandeiras Históricas é uma companhia formada apenas por mulheres (no CPM, pois em outras companhias militares, há a presença de homens nessa fração). Elas carregam bandeiras que representam momentos históricos da sociedade e da "história" do Brasil (daí o nome). A comandante é, geralmente a segunda aluna major. E, como na 1ª Companhia, a subcomandante é uma estudante que já tenha tempo e experiência na fração. Cada aluna de acordo com a sua posição na fração carrega uma bandeira específica.
- Bandeiras Estaduais: É bastante similar as Bandeiras Históricas. Possui apenas meninas no seu corpo e no seu Estado Maior e marcham com bandeiras. A diferença é que suas bandeiras representam as bandeiras dos Estados Brasileiros, por isso o número e contado: 27 integrantes no máximo, sem contar com a comandante, que desfila sem bandeira. Quem assume a companhia é a terceira major na lista de graduação e a subcomandante é escolhida como nas Históricas: aluna mais antiga e mais experiente. Seu objeto símbolo também são as bandeiras.
- 1ª Companhia do CPM: A 1ª Companhia de Alunos, conhecida popularmente como 1ª Cia; é uma das mais tradicionais companhias da escola. É formada apenas por estudantes do sexo masculino. É composta por um comandante (geralmente o Aluno Major mais bem colocado do IIIº Ano); por um subcomandante (que pode ser o Aluno Capitão mais antigo do IIº presente na fração ou o aluno mais antigo do IIIº ano na tropa). Tem a presença de uma mascote (aluno do 6º ou 7º ano que segue atrás do comandante) e do porta-flâmula (que usa um fuzil contendo o símbolo da companhia, geralmente é um aluno que tenha bastante tempo na 1ª Cia). Também tem o Estado Maior da 1ª Cia, composto por graduados do Iº, IIº e do IIIº ano e o corpo da tropa, que são alunos não-graduados do Ensino Médio.
- 2ª Companhia do CPM: Possui a mesma estrutura da 1ª CIA, entretanto é composta apenas por estudantes do sexo feminino. Geralmente é comandada por uma Major-Aluna.

Com isso, precisamos considerar que a hierarquia e a disciplina significam que obediência cega ao seu superior, sem questionamentos ou rejeição. Mas como isso deve acontecer em uma escola que forma sujeito crítico e pensante, capaz de opinar sobre diversos assuntos e ser argumentativo? Para além disso, a questão do uso padrão dos uniformes vai além do que se objetiva nas escolas públicas. Foi aprovado em 2021 pela Comissão de Educação o projeto que obriga o governo a fornecer uniformes escolares e calçados aos alunos de escolas públicas em todas as etapas da educação básica. Este projeto tem por objetivo, segundo seu relator Rodrigo Cunha (PSDB-AL):

Essa proposta pode contribuir muito em processos de equalização, pois garante ao estudante que, independentemente de quais sejam suas condições financeiras, terá garantido vestimentas e calçado que lhe possibilitarão, junto com outros programas suplementares, condições mínimas e dignificantes para frequentar a escola e aprender. Há ganho também para as unidades de ensino, pois será possível trabalhar noções de pertencimento e coletivo, além de melhor gerenciar os padrões de segurança que, infelizmente, são cada vez mais necessários nas escolas. Enfim, é uma iniciativa que valoriza nossa educação pública. (AGÊNCIA SENADO, 2021, n. p.¹⁶).

Diferentemente do exposto acima, o uniforme do CEPMG é utilizado para representar outras informações, afinal nele é colocado as patentes de denominação hierárquica entre os próprios alunos e também entre alunos e militares. No fim, percebemos que o objetivo do uniforme nos colégios e escolas é padronizar e tentar igualar, porém no CEPMG é literalmente ao contrário, é sobrepor e diferenciar, além de excluí-los de diversas maneiras diferente – por nota, por comportamento, por condições financeiras.

¹⁶ Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/18/governo-tera-que-fornecer-uniforme-escolar-na-educacao-basica-publica-aprova-comissao-de-educacao>. Acesso em: 14 de ago. de 2023.

Figura 7: Uniformes usados pelos alunos do CEPMG: opções femininas com calça e saia, uniformes de educação física e uniforme para alunas gestantes.



Fonte: <https://www.cepmgnn.com/uniformes>¹⁷.

3.1.3 Objetivos do CEPMG para com os alunos

O site dos Colégios Militares de Goiás aponta vários tópicos em que afirmam que são os objetivos que devem ser atingidos pelos alunos durante os estudos nos CEPMG. De acordo com o Comando de Ensino da Polícia Militar presente no Portal CEPMG todos os anos, os alunos dos CEPMG são admitidos nos exames mais concorridos do país e alcançam notas altíssimas no SAEGO, no ENEM e no Ideb. O segredo para o sucesso desses Colégios é a participação efetiva de todos os envolvidos no projeto, começando pelos alunos e passando pela comunidade escolar, o conselho escolar, o corpo docente e funcionários e a associação de pais e mestres, unindo esforços em prol de um ideal: a melhoria da qualidade educacional. Veja as metas propostas no PPP (2021) do CEPMG:

1. Permitir ao aluno DESENVOLVER ATITUDES E INCORPORAR VALORES familiares, sociais e patrióticos que lhe assegurem um futuro de cidadão patriota, cômico de seus deveres, direitos e responsabilidades, qualquer que seja o campo profissional de sua preferência;
2. Propiciar ao aluno A BUSCA E A PESQUISA CONTINUADAS DE INFORMAÇÕES RELEVANTES;
3. Desenvolver no aluno a visão crítica dos fenômenos políticos, econômicos, históricos, sociais e científico-tecnológicos, ensinando-os, pois, a APRENDER PARA A VIDA e não mais, simplesmente, para fazer provas;
4. Preparar o aluno para REFLETIR E COMPREENDER OS FENÔMENOS e não, meramente, memorizá-los;
5. Capacitar o aluno à ABSORÇÃO DE PRÉ-REQUISITOS FUNDAMENTAIS AO PROSSEGUIMENTO DOS ESTUDOS ACADÊMICOS e não de conhecimentos supérfluos que se encerrem em si mesmos;
6. Estimular o aluno para a SAUDÁVEL PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA, buscando o seu desenvolvimento físico e incentivando a prática habitual do esporte;

¹⁷ Acesso em: 10 de jun. de 2023.

7. Despertar VOCAÇÕES PARA A CARREIRA MILITAR. (PPP, 2021, p. 6, grifos do autor).

Para atingir estas metas, a proposta pedagógica do Sistema Colégio Militar do Brasil é composta dos seguintes fundamentos educacionais:

- a. oferecer ao aluno ambiente sadio e agradável para proporcionar o acesso ao conhecimento sistemático universal, considerando a realidade de sua vida;
- b. capacitar o aluno à absorção de conteúdos programáticos qualitativos e de pré-requisitos essenciais ao prosseguimento de seus estudos, com base no domínio da leitura, da escrita e das diversas linguagens utilizadas pelo homem, permitindo-lhe ANALISAR, SINTETIZAR E INTERPRETAR DADOS, FATOS E CÁLCULOS, para resolver situações problemas simples ou complexas, valorizando o seu desenvolvimento pessoal;
- c. utilizar procedimentos didáticos e técnicas metodológicas que conduzam o aluno a OCUPAR O CENTRO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM E A CONSTRUIR COM A MEDIAÇÃO DO PROFESSOR (FACILITADOR DA APRENDIZAGEM), O PRÓPRIO CONHECIMENTO, fruto de abordagens seletivas, contextuais, interdisciplinares, contínuas e progressivas;
- d. estimular no aluno o desenvolvimento de atitudes crítico-reflexivas, espírito de investigação, criatividade, iniciativa e respeito às diferenças individuais, conduzindo-os a APRENDER A APRENDER E APRENDER A PENSAR;
- e. conduzir o aluno a compreender o significado das áreas de estudo e das disciplinas, enquanto participante do processo histórico da transformação da sociedade e da cultura, desenvolvendo a sua autonomia, valorizando o conhecimento prévio, suas experiências e as relações professor-aluno e aluno-aluno, conscientizando-os de que A APRENDIZAGEM ADQUIRIDA É MAIS IMPORTANTE QUE A AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE AFERIÇÃO ESCOLAR;
- f. desenvolver no aluno atitudes, valores e hábitos saudáveis à vida em sociedade, num ambiente no qual todos possam:
 - 1) COMPREENDER E RESPEITAR OS DIREITOS E DEVERES da pessoa humana, do cidadão patriota, da família, dos grupos sociais, do estado e da nação brasileira;
 - 2) acessar e dominar recursos científicos relevantes que lhes permitam SITUAR-SE CRITICAMENTE DIANTE DA REALIDADE, assumindo responsabilidades sociais;
 - 3) preparar-se para PARTICIPAR PRODUTIVAMENTE DA SOCIEDADE, no exercício responsável de sua futura atividade profissional;
 - 4) praticar a atividade física buscando o seu DESENVOLVIMENTO FÍSICO E A CRIAÇÃO DE HÁBITOS SAUDÁVEIS PARA O CORPO, inclusive com a prática de esporte. (PPP, 2021, p. 7, grifos do autor).

Segundo Projeto Político Pedagógico estes são os objetivos e metas que devem ser cumpridas para com o aluno das CEPMG.

3.1.4 O que é escola e qual a diferença entre hierarquia, disciplina e ensino?

Young (2007, p. 1300) cita vários pensadores que “entendem as escolas e as universidades como locais onde se transmite um conhecimento formal, específico.” O autor ainda reforça que “neste tipo de instituição, a política educacional, o Ensino e o aprendizado

têm como objetivo a preparação do aluno para provas, exames ou para uma carreira profissional.” (YOUNG, 2007, p. 1301). Sobre Educação e escola Santos afirma que:

[...] o papel da Educação e da escola, partiu da tese de que a Educação é um direito social de oferta obrigatória, que se constitui como parte de um projeto político de coletividade, que extrapola o atendimento de interesses individuais; e, por isso, deve ser considerada um direito de natureza social. A seu ver, a Educação se caracteriza como um bem comum, pois representa a busca pela continuidade de um modo de vida que, deliberadamente, se escolhe preservar. E, a escola, precisa ser vista pela sociedade como espaço de proteção social, que vai além da socialização de conteúdos institucionais (SANTOS, 2019, n. p.).

O papel dos governos municipais, estaduais e federal é que seja cumprida a função real da escola e que a educação seja principal produto desse lugar. Infelizmente, não há como comprovar que todas as escolas consigam transmitir um ensino/aprendizagem que atenda seus alunos de maneira satisfatória para torná-los cidadão com perspectivas de futuro. Muito além disso, Santos (2019, n. p.) afirma que “a escola precisa ser vista pela sociedade como um espaço de proteção” e, é justamente isso que não conseguimos mostrar nesta pesquisa quanto aos depoimentos dos pais e alunos sobre o CEPMG de Ipameri. Conforme dito anteriormente, a justificativa do Governo de Goiás para o aumento do número de Colégios Militares é que a hierarquia e a disciplina dentro das escolas que possuem a militarização aumentam o rendimento dos alunos, as notas no ENEM e os resultados no IDEB. Além disso, para Santos (2010):

Conceitos como hierarquia, disciplina, ordem, autoridade parecem fazer parte do imaginário de certos brasileiros que se interessam por colocar seus filhos nesse tipo de colégio acreditando que uma educação pautada nesses princípios é o ideal. Por sua vez, os CEPMG incorporam as escolas públicas com as melhores estruturas e com seu processo seletivo constituem espaço privilegiado. (SANTOS, 2010, p. 32).

Mas até onde essa hierarquia ajuda e atrapalha o processo de ensino/aprendizagem desses alunos? “Como estabelecimentos de ensino filiados aos códigos do Exército, os colégios militares sustentam-se sobre os mesmos pilares: a hierarquia e a disciplina” (Exército Brasileiro, 2016). Nas entrevistas coletadas foi possível concluir que essa hierarquia gera enorme desconforto, apreensão e ansiedade nos alunos, que se sentem com medo do processo disciplinar. Santos (2016) afirma que os alunos que não se adequam a rigidez imposta pelos CEPMG e cometem indisciplina por algum motivo são remanejados e perdem a vaga no Colégio Militar, sendo transferido para outra escola pública, não havendo tentativa de recuperação. “Os secundaristas apontam outra problemática: como a PM, considerada por eles como preconceituosa, racista e historicamente assassina da classe trabalhadora” de acordo o

RCC, pode influenciar “com seus métodos pedagógicos e em sua maneira de ensinar? “A militarização estaria além da repressão ideológica, impondo por meio da disciplina militar a ideia de manter a ordem social como está dada” (SANTOS, 2016).

Além disso, Saddi (2015) afirma que a política de cobrança de taxas dos Colégios Militares faz dele uma escola excludente; ou seja, os CPMG excluem os alunos mais pobres. De acordo com Índice Socioeconômico Escolar¹⁸ com dados do ENEM em 2013, não havia alunos na escola com renda menor que um salário mínimo, entre 3 e 5% dos tem de um a dois salários de renda e, a grande maioria, mais de 95% do público dos CPMG tem renda entre cinco e sete salários. Por isso, conseguimos perceber ao longo da pesquisa o quanto a educação repressora, militarista, hierárquica pode refletir negativamente em uma sociedade. Sobre essas conclusões falaremos mais a seguir.

¹⁸ Doravante podendo ser citado como INSE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se encerra em um caminho completamente diferente do que foi pensado e construído no começo deste Mestrado em História. Quando a minha cidade – Ipameri – recebeu um Colégio Militar o meu sentimento foi outro. Várias cidades do estado estavam recebendo novos CPMG – citado no trabalho como aumento do número de CPMG nos últimos anos – e eu me senti muito honrada por ter um colégio militarizado na nossa cidade. No surgimento dessa oportunidade de escrita o objetivo sempre foi falar da militarização do José Pio de Santana. Ao começar a ler, pesquisar e colher depoimentos, fui me dando conta de que nada daquilo que eu havia imaginado sobre o CEPMG era realmente executado.

Esta pesquisa muito embrionária abre espaço para vários outros trabalhos sobre a militarização de Colégios no país. Os depoimentos das mães e dos discentes mudaram, completamente, o rumo deste trabalho. Apenas as duas professoras que ainda trabalham na escola discorreram de maneira positiva sobre a CPMG, mas não podemos nos esquecer de que a política do silêncio deve ter um peso grande no discurso dessas professoras, principalmente porque a cidade é pequena e, caso dessem depoimento contrário a CPMG elas estariam arriscando até suas carreiras profissionais.

Refletir sobre o papel social da escola atualmente é entender que ao longo das décadas muitas transformações aconteceram, mas a visão de hoje exposta por vários autores é de que a escola, além de formar o cidadão para o mercado de trabalho no futuro, ela também precisa ser um local formador de um cidadão crítico, consciente e que seja capaz de viver em sociedade. Além disso, a escola precisa ser um ambiente acolhedor e de proteção, que ofereça segurança – em todos os sentidos – para seus discentes. Se esses objetivos não estiverem sendo agrupados para serem executados – preparar para o mercado de trabalho, ser um cidadão crítico, saber viver em sociedade, e estar em um lugar acolhedor – o papel social da escola está falho. No nosso trabalho pudemos discorrer sobre como os CPMG oferecem “segurança” para os alunos, mas essa segurança é provida do exterior para o interior, ou seja, ninguém entra ou sai do Colégio com facilidade – inclusive este foi um dos motivos pelos quais essa pesquisadora desistiu de fazer oficinas como produto deste trabalho já que tudo tinha que ser supervisionado pelos militares e também pela dificuldade de acesso ao CEPMG – mas a segurança interna diverge disso.

Os alunos expressaram, em depoimento, que se sentiam inseguro, com medo dos próprios policiais – que deveriam promover a segurança dos alunos – além de sentirem medo pelos possíveis erros que poderiam cometer e serem punidos severamente por esses erros. As

mães também expressaram a insegurança que sentiam ao terem seus filhos dentro da escola, principalmente em se tratando da possibilidade de serem punidos pelas faltas de acato as ordens. Com isso, é possível perceber que o CEPMG José Pio de Santana não oferece um ambiente seguro aos alunos.

Por fim, vários desdobramentos são possíveis através deste trabalho. O papel da escola se transformou muito ao longo dos anos, mas podemos entender, com todos esses fatos apresentados, que ele ainda precisa mudar muito. Humanizar a educação é um novo caminho proposto, há anos, por estudiosos e filósofos; o que contrapõe totalmente o militarizar a educação. Em atuais circunstâncias não há necessidade de preparar alunos para guerra em aulas de educação física, não há necessidade de hierarquizar o ambiente escolar para provocar medo na base da pirâmide, não há necessidade de censurar ou controlar assuntos ensinados dentro de sala de aula.

Desmerecer ou desvalorizar alunos pela classe social, pela raça, pelo gênero, por ser PcD ou por qualquer outro motivo é crime, inclusive dentro da escola. O ambiente que deveria promover e reforçar a igualdade acaba fazendo justamente o contrário. Além disso, a escola deve ser um espaço promotor de cultura para que o discente/cidadão se sinta pertencente, e não excluído; já que todas as culturas são constituídas por linguagem e códigos. A cultura tem a função de prover os grupos ou nações de um referencial que permitiria ao homem dar sentido ao mundo e às suas ações. A apresentação da cultura ao cidadão começa dentro da escola. Obviamente, as concepções de autoridade, hierarquia e participação criam culturas diferenciadas em cada escola quando se trata de organização e relações que diferenciam o processo educacional. Porém, o bem estar do discente deve estar sempre em primeiro plano. Este deveria ser o objetivo real das escolas.

Concluo este trabalho então com a certeza de que muito pode ser feito pelos alunos da atualidade. A humanidade tem necessitado tratamentos mais humanos, mais sensíveis e de mais empatia. O ambiente escolar deve acolher crianças, adolescentes, jovens e adultos com respeito para promover a inclusão de qualquer pessoa na sociedade. Da escola deve-se sair alunos que sejam cidadãos críticos, preparados para o futuro e inclusos na sociedade – não invisíveis para os governos. Sei que muito pode ser mudado ao longo desse processo, mas termino esta pesquisa entendendo que militarizar um ambiente que deveria ser humanizado tem destruído parte da sociedade, e isso poderá gerar muitas consequências negativas no futuro deste país.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2. ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ALBERTI, V., FERNANDES, TM., FERREIRA, MM., orgs. **História oral**: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/2k2mb>. Acesso em 3 de mar. de 2023.

ALVES, M. F.; TOSCHI, M. S; FERREIRA, N. S. R. A expansão dos colégios militares em Goiás e a diferenciação na rede estadual. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 271-287, jul./out. 2018. Disponível em: www.retratos daescola.emnuvens.com.br/rde/article/download/865/pdf. Acesso em: 02 de mai. de 2022.

ALVES, M. F; FERREIRA, N. S. R. O processo de militarização de uma escola estadual pública em Goiás. In: **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, v. 41, 2020. Disponível em: www.scielo.br/j/es/a/Z3X4pvpXqc4kGq6vnQbv6ts/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 07 de ago. de 2022.

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres / Miguel G. Arroyo. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BACELLAR, C. Uso e maus usos dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BARCA, Isabel. **Educação histórica**: vontades de mudança. Educar em Revista, Curitiba, n. 42, p. 59-71, 2011.

CAMPOS, Valdisnei Martins de. **Reflexões sobre o modelo de gestão dos Colégios Militares do Estado de Goiás**. Ipameri: Instituto Federal Goiano, 2019.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas, SP: Papirus, 1991.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. **O conceito de ensino**. Revista Ensino Superior. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/2011/09/10/o-conceito-de-ensino/> . Acesso em 10 de ago. de 2022.

COLÉGIO ESTADUAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS (CEPMGO). **Regimento Interno do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás**. Goiás: CEPMGO, 2017. Disponível em: <http://colegiomilitarpmvr.com.br/comunicado/RegimentoPronto.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2023.

COLÉGIO ESTADUAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS (CEPMGO). **Projeto Político Pedagógico**. Disponível em: www.colegiomilitarpmvr.com.br/ppp. Ipameri, 2018.

_____. **Projeto Político Pedagógico**. Disponível em: www.colegiomilitarpmvr.com.br/ppp. Ipameri, 2021.

_____. **Regimento Escolar de Matrícula**. Capítulo 1, 29 p. Da Natureza, Personalidade Jurídica e Identificação. CEPMG, 2021.

COUTO, E. S., COUTO, E. S., & CRUZ, I. DE M. P. (2020). **#Fiqueemcasa**: educação na pandemia da covid-19. *Educação*, 8(3), 200–217. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-217>. Acesso em: 25 set. 2022.

CRUZ, Leandra Augusta de Carvalho Moura. **Militarização das Escolas** Educação Preparatória e Assistencial, 2003. Disponível em: www.depa.ensino.eb.br/Docs/ricm_2003.pdf . Acessado em: 13 de mai. de 2016.

ESCOLA ESTADUAL JOSÉ PIO DE SANTANA. **Projeto Político Pedagógico**. Ipameri, 2016.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Regimento Interno dos Colégios Militares**. Diretoria de

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org.). **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

FERREIRA, N. S. R. “**Gestão Militar**” da Escola Pública em Goiás: um estudo de caso da implementação de um colégio estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia. 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FREITAS, Maíra Aparecida Brandão de. **Evasão escolar**: causas e consequências na Escola José Pio de Santana em Ipameri Goiás (2016). Ipameri: Universidade Estadual de Goiás, Curso de Pós-graduação Diversidade e Educação: Relações Étnico-Raciais e de Gênero, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2008. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto **Públicas em Goiás**: Disciplina ou medo? 2017. 177f. Dissertação (Mestrado) – Sensus em História, Goiânia-GO, 2017.

GOIÁS. Lei 8.125 de julho de 1976. **Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências**. Disponível em <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/86680/pdf>. Acesso em 01 dez 2022.

_____. Lei nº 19.651 de 12 de maio de 2017. **Dispõe sobre a criação de Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás-CEPMG - nos municípios que especifica, e dá outras providências**. Disponível em: www.legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/98965/pdf. Acesso em: 21 maio 2022.

_____. **Lei nº 16.152, de 26 de outubro de 2007**: promove a fusão das Unidades Escolares da Secretaria da Educação e da Polícia Militar que especifica. D.O de 12 de novembro de 2007.

_____. **Lei nº 18.342, de 30 de dezembro de 2013**: dispõe sobre a criação, na Polícia Militar do Estado de Goiás, da unidade que especifica e dá outras providências. D.O de 31 de dezembro de 2013.

_____. **Lei nº 18.556, de 25 de junho de 2014:** dispõe sobre a criação do Colégio da Polícia Militar de Goiás –CPMG– que menciona e dá outras providências. D.O de 26 de junho de 2014.

_____. **Lei nº 18.967, de 22 de julho de 2015:** dispõe sobre a transformação das unidades de ensino que especifica em Colégios Militares e dá outras providências. D.O de 24 de julho de 2015.

_____. **Lei nº 19.066, de 21 de outubro de 2015:** Introduz alterações na Lei nº 18.967, de 22 de julho de 2015, que dispõe sobre a transformação das unidades de ensino que especifica em Colégios Militares e dá outras providências. D.O de 23 de outubro de 2015a.

_____. **Lei nº 19.122, de 15 dezembro de 2015:** altera as Leis nº 16.921, de 08 de fevereiro de 2010, 17.032, de 02 de junho de 2010, 18.419, de 08 de abril de 2014, 18.420, de 08 de abril de 2014, 18.421, de 08 de abril de 2014, 18.464, de 13 de maio de 2014, 18.474, de 19 de maio de 2014, 18.475, de 19 de maio de 2014, 18.476, de 19 de maio de 2014, 18.562, de 30 de junho de 2014, 18.572, de 30 de junho de 2014, e 18.598, de 02 de julho de 2014. D.O de 17 de dezembro 2015b.

_____. **Lei nº 19.308, de 17 de maio de 2016:** Cria os Colégios da Polícia Militar de Goiás –CPMGO–, por transformação das Escolas Estaduais locais que menciona, e dá outras providências. D.O de 20 de maio de 2016.

_____. **Projeto de lei ordinária:** Dispõe sobre a transformação das unidades de ensino que especifica em colégios militares e dá outras providências. Processo nº2015002180. Assembleia Legislativa, 23 de junho de 2015c.

GR8 ESCOLAR. **Portal Responsável/ Aluno.** 2022. Disponível em <https://alunos.gr8.com.br/>. Acesso em 02 dez 2022.

HARARI, Y. N. **Na batalha contra o Coronavírus, faltam líderes à humanidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

IPAMERI. **Avanços na Implantação do Colégio Militar de Ipameri.** 2017. Disponível em www.ipameri.go.gov.br/site/post/noticias/avancos-na-implantacao-do-colegio-militar-de-ipameri. Acesso em 01 dez 2022.

MEIHY, J. C. S. B., & LANG, A. B. DA S. G. (2009). Revista História Oral: um auto olhar. 2004. **História Oral.** Disponível em www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/issue/view/10. Acesso em: 01 de ago, de 2022.

MEIHY, J. C. S. B; HOLANDA, F. **História oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

PORTAL BUTANTAN. **Entenda o que é uma pandemia e as diferenças entre surto, epidemia e endemia.** Disponível em <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/entenda-o-que-e-uma-pandemia-e-as-diferencas-entre-surto-epidemia-e-endemia> Acesso em: 01 dez 2022.

PORTELLI, A. **Ensaio de história oral**. Trad. Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: letra e voz, 2010.

QUEIROZ, C. **Desempenho em Análise**. Pesquisa FAPESP 301/2021. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2021/03/076-081escolas-militares301.pdf>. Acesso em 15 jun 2022.

ROSA, Cristina Souza. Pequenos soldados do Fascismo: a educação militar durante o governo de Mussolini. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 621-648. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses> . Acesso em 02 de ago. de 2023.

SADDI, Rafael. **Colégio da Polícia Militar Excluem os Alunos mais pobres**. Diário da Manhã, 6 de agosto de 2015. Disponível em: www.dm.com.br/cultura/2015/08/colegios-da-policia-militar-excluem-os-alunosmais-pobres. Acessado: 20 de jul. de 2023.

SAFALTE, Vladimir. **Igualdade(s) como princípio de democracia real**. Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/igualdades-como-principio-da-democracia-real/>. Acesso em 10 de ago. de 2023.

SANTOS, E. **A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 45, e184961, 2019. Disponível em: www.doi.org/10.1590/S1678-4634201945184961 . Acesso em: 10 de ago. de 2023.

SANTOS, R. J. C. **A militarização da escola pública em Goiás**. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3515/2/RAFAEL%20JOS%20c3%89%20DA%20COSTA%20SANTOS.pdf>. Acesso em: 07 de ago. 2022.

SANTOS, Raimunda Delfino dos. **A Genealogia dos Regimentos Internos do Colégio da Polícia Militar de Goiânia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, Goiânia, 2010.

SILVA, S. F. **Hierarquia e disciplina no Colégio da Polícia Militar: estudo de caso do CEPMG Dr. César Toledo**. In: Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública, Goiânia-GO, v. 1, n. 2, 2009. Disponível em: www.revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/94. Acesso em: 07 de ago. de 2021.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VILAR, L. **Seguindo os passos da História**. Disponível em: www.seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2014/01/a-fonte-historica-e-suaspossibilidades. Acesso em: 19 de out de 2022.

YOUNG, M. **Para que servem as escolas?** Educação e Sociedade, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, dez. 2007. Disponível em: www.doi.org/10.1590/S0101-73302007000400002. Acesso em: 10 de ago. de 2023.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTAS

- 1- Como ficou o ambiente da escola quando ficaram sabendo que a escola ia mudar para escola militar?
- 2- Como ficaram os funcionários da escola, merendeiras, diretora, professores, alunos, alunas, pais dos alunos, com a notícia que a escola ia se tornar militarizada?
- 3- Lembra-se se os mesmos alunos e alunas que tinham antes da escola ser militarizada foram integrados depois da mudança ou se não foram?
- 4- Como você interpreta e vivenciou essa mudança no colégio José Pio de Santana? Antes de ser militarizada, e depois de ser militarizada?
- 5- Qual experiência de convivência com a nova rotina, relação com os militares?
- 6- Como foi a reação dos funcionários da escola, professores, alunos e alunas, Pais dos alunos com a presença dos militares sentiram medo, ou segurança?
- 7- Quando tem algum problema em sala de aula com disciplina eles são chamados para intervir? Como agem?
- 8- Os militares têm uma sala na escola, são quantos militares que atuam diretamente, como é a relação deles com os professores, com a direção, com alunos e alunas?
- 9- Como sente trabalhar em trabalhar no colégio militar?
- 10- Os professores que trabalhavam no colégio José Pio de Santana sairão ou todos permanecerão?
- 11- Como era feita a seleção de alunos e alunas para ingresso na escola antes e depois de ser militarizada?
- 12- O número de matrículas foi maior que o número de vagas?
- 13- Você notou a mudança de perfil de aluno e aluna depois que a escola se tornou militar?
- 14- Antes os alunos e alunas eram de um determinado lugar da cidade, bairro, depois disso Mudou, antes havia mais alunos e alunas negros e depois da militarização diminuíram ou aumentaram o número de alunos e alunas brancos?
- 15- O colégio tem um regimento interno, esse regimento é o Mesmo que regia a escola antes ou se mudou?
- 16- Como é a relação dos militares com a direção da escola, quais as atribuições deles há choque entre os militares e a direção da escola, professores, como é essa relação?

17- Mudou a participação dos pais na rotina da escola antes e depois da militarização, como era antes e como é agora, estão mais envolvidos, são chamados em conversa com os militares quando tem algum problema de comportamento.

18- A escola desenvolve atividades que envolvem a família na escola, acontece isso Quando, e de que jeito, quem toma a iniciativa?

19- Além do processo de seleção existe possibilidade de outras maneiras de ingresso na escola, os militares têm o direito de indicar algum número de alunos, ou se é apenas pelo edital?